

**ELEMENTOS PARA UMA POLÍTICA DE
DESENVOLVIMENTO URBANO PARA O PARANÁ**

CURITIBA

NOVEMBRO/1987

159a IPARDES-Fundação Edison Vieira
Elementos para uma política de desenvolvi-
mento urbano para o Paraná. Curitiba, 1987.
111p.

1.Planejamento urbano-Paraná. 2.Redes urba-
na-Paraná. 3.Pólos de desenvolvimento-Paraná.
4.Desenvolvimento urbano-Paraná. 5.Regionali-
zação-Paraná. 1.Título.

CDU 711.4(816.2)

IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA

CARLOS ARTUR KRÜGER PASSOS - Diretor-Presidente

NEI CELSO FATUCH - Secretário Geral

CARLOS MANUEL V. A. SANTOS - Coordenador de Pesquisa

ZÉLIA MILLEO PAVKO - Coordenadora do Centro Estadual de Estatística

EUCLIDES MARCHI - Coordenador do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento

EQUIPE TÉCNICA

Cleide Maria Perito de Bem (socióloga), Darcy Marzulo Ribeiro (sociólogo) - Coordenador, João Rogério Trevisan (administrador), Karen de Fátima Follador Karam (socióloga), Paulo Ribeiro Schmidt Jr. (acadêmico de Ciências Econômicas), Sonia Maria Marques Silva (economista)

APOIO TÉCNICO OPERACIONAL

Maria Dirce B. M. de Souza (normalização bibliográfica)

Letícia T. C. Konarski (editoração), José Roberto Wachelke (revisão), Maria Laura Zocolotti, Sandra Maria Ofenboeck (digitação e processamento de texto), Edson Luiz Rigoni (reprografia)

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	iv
LISTA DE QUADROS.....	vi
INTRODUÇÃO.....	1
1 MARCO GERAL DE URBANIZAÇÃO.....	5
2 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NO BRASIL.....	22
3 A EXPERIÊNCIA PARANAENSE.....	56
4 DIRETRIZES GERAIS DE DESENVOLVIMENTO URBANO.....	78
4.1 CRITÉRIOS DE AÇÃO.....	82
4.1.1 Região Metropolitana.....	82
4.1.2 Aglomerados Urbanos.....	82
4.1.3 Eixos de Desenvolvimento.....	83
4.1.4 Pólos Regionais.....	83
4.1.5 Centros com Função Específica.....	84
4.1.6 Centros de Apoio.....	84
4.2 REGIONALIZAÇÃO.....	85
4.3 MODALIDADES DE AÇÃO.....	98
4.3.1 Aspecto Institucional.....	98
4.3.2 Aspecto Regional.....	100
4.3.3 Aspecto Econômico.....	103
4.3.4 Aspecto Urbanístico.....	106

LISTA DE TABELAS

1 -	Taxas de crescimento da população urbana, em cidades de 20.000 ou mais habitantes, por classe de tamanho, no Brasil - 1950-80.....	23
2 -	População urbana, segundo classes de tamanho, no Brasil - 1960-1970-1980.....	23
3 -	Participação dos estados e regiões no valor da transformação industrial - 1970-1975-1980.....	29
4 -	Ganhos e perdas do valor da transformação industrial, segundo regiões e estados - 1970-80.....	29
5 -	Taxas geométricas de crescimento anual da população, segundo regiões e estados - 1960-80.....	33
6 -	Taxas de crescimento da população urbana, em cidades de 20.000 ou mais habitantes, segundo regiões - 1960-80.....	34
7 -	Saldo líquido migratório e taxas líquidas de migração, segundo população dos municípios - 1970-80....	34
8 -	Maiores empresas industriais segundo estados onde se localizam as RM - 1986.....	50
9 -	Distritos com altas taxas de crescimento nas áreas metropolitanas de São Paulo e Curitiba - 1980.....	52
10 -	Distritos com altas taxas de crescimento nas regiões metropolitanas com padrão semicircular de crescimento - 1980.....	53

11 - Distritos com altas taxas de crescimento nas regiões metropolitanas de Porto Alegre e Recife-1980....	53
12 - Estimativas dos saldos migratórios rural e urbano, segundo as microrregiões - 1970-80.....	60
13 - Número de centros e população urbana, segundo o tamanho dos centros, no Paraná - 1970-80.....	61
14 - População residente nos dez maiores centros do Paraná - 1980.....	62
15 - População residente nos dez maiores centros do Paraná - 1980.....	63
16 - Taxa anual de crescimento da população urbana dos centros do Metronor-1970-1980.....	63
17 - Crescimento da população urbana de alguns municípios próximos a cidade-núcleo da RMC - 1970-1980.....	64
18 - Número de municípios urbanos e rurais segundo as regiões.....	85
19 - Distribuição do valor adicionado da indústria de transformação segundo as regiões e os dois maiores municípios - 1984.....	96
20 - Valor adicionado por setores nos municípios pólo - 1984.....	97

LISTA DE QUADROS

1 - Rede urbana brasileira - 1980.....	37
2 - Índice de urbanização das capitais regionais segundo as áreas metropolitanas.....	42
3 - Centros de primeiro nível da rede urbana brasileira...	44
4 - Rede urbana Paraná - 1973.....	66
5 - Rede urbana do Paraná - 1980.....	67
6 - Origem e destino dos fluxos de passageiros entre as dez maiores cidades do Paraná - 1986.....	70
7 - Origem e destino dos fluxos de passageiros na RMC - 1986.....	72
8 - Origem e destino dos fluxos de passageiros na região do Metronor - 1986.....	73
9 - Origem e destino dos fluxos de passageiros nas imediações de Londrina - 1986.....	73
10 - Origem e destino dos fluxos de passageiros nas imediações de Maringá - 1986.....	73
11 - Centros urbanos com função central e a população do distrito sede - 1980.....	75
12 - Modalidades de ação segundo os critérios.....	81
13 - Regiões e respectivos municípios, população (urbana e rural), índice de urbanização - 1986.....	87
14 - Cidades centrais que participam em um ou mais níveis de ação.....	95

INTRODUÇÃO

O documento ora apresentado estabelece uma série de diretrizes que podem servir de subsídio à elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano. Entende-se, aqui, por diretrizes, uma fase do planejamento anterior ao Plano propriamente dito, o qual se concretiza por meio de programas e projetos. O documento limita-se a diretrizes gerais, pois não incorpora as programações setoriais, restringindo-se a indicações de uso e ocupação do território, devendo servir de apoio a uma comissão a ser constituída com o objetivo de elaborar o Plano de Desenvolvimento Urbano.

O Desenvolvimento Urbano, como objeto da ação do poder público, pertence à "administração do território", referindo-se ao crescimento das cidades, suas transformações, às relações que se estabelecem entre elas e ao uso e ocupação do espaço físico no seu sentido amplo.

A política de desenvolvimento integra, portanto, as programações setoriais como infra-estrutura básica, sistema de transportes, habitação, fornecendo, ao mesmo tempo, os critérios de localização de empreendimentos econômicos, distribuição espacial da população, dos grandes equipamentos de serviços e das instituições administrativas. O Plano deve sistematizar e dar coerência às ações, possuindo um horizonte tão amplo quanto permitam o conhecimento disponível e os dados operacionalizados.

Na feitura deste documento foram incorporadas, com modificações e atualizações, propostas e sugestões existentes em trabalhos anteriores, entre os quais o Espaço Construído, (1983), que serviu de subsídio à equipe que elaborou o Plano de Governo Richa, Temas para uma Política de Desenvolvimento - Urbanização, Diretrizes para Cidades Pequenas e Médias (1981), e, finalmente, Subsídios ao Plano de Governo - Política Urbana (1982).

As diretrizes aqui expostas possuem alguns pressupostos políticos, entre os quais devem ser destacadas a necessidade de se planejar o uso do território e a existência da vontade política de planejar. Na sociedade em que se inserem essas preocupações, o território incorpora-se à atividade econômica pelos agentes privados e concorrentes entre si; por conseguinte, há a necessidade de uma gestão superior que coordene a ação desses agentes. Além disso, pressupõe-se, também, a existência da vontade política, que não se limita apenas ao discurso promocional, mas, ao contrário, pretende se traduzir em ações práticas; nesse sentido, procura-se indicar um caminho.

Essa pressuposição funda-se nas intenções manifestadas anteriormente em estudos e documentos já divulgados. Entre esses, pode-se destacar PDU - Política de Desenvolvimento Urbano para o Paraná (1973), Regionalização Administrativa do Paraná (1975), Metronor - Plano Diretor do Eixo Londrina/Maringá (1983) e, mais recentemente, as Diretrizes do Governo, do PMDB, para a administração Alvaro Dias.

Alguns conceitos envolvidos na elaboração dessas diretrizes merecem destaque imediato. Passada a fase de intensa ocupação do território do Estado até meados dos anos 60, seguiu-se um período de profundas transformações na economia e sociedade, havendo, agora, gradativa estabilização do sistema

urbano. O caminho do crescimento "acomodado" encontra-se mais ou menos delineado. Resultou desse movimento a rede urbana integrada, relativamente densa e com uma configuração definitiva, salvo modificações parciais ou localizadas. O Paraná é, hoje, um Estado urbano, em dois sentidos: sua população reside, em sua grande maioria, nas cidades e a atividade agrícola está subordinada a agentes econômicos cuja base operacional são, igualmente, as cidades.

O lançamento dessas diretrizes, em versão preliminar, coincidiu com a elaboração do Plano de Governo da Administração Álvaro Dias, pretendendo contribuir com esse trabalho na área urbana. Alguns debates foram realizados nos órgãos ligados à política territorial e urbana. Esta versão modificada e corrigida surge após o término dos trabalhos do Plano de Governo, mas não perde sua oportunidade, pois um plano urbano possui um horizonte temporal além de uma única gestão.

O texto começa com um quadro geral do crescimento das cidades, procurando conceituar o processo de urbanização e seu caráter essencial à dinâmica econômico-industrial. Segue-se a esse tópico inicial, a análise da urbanização no Brasil, objetivando identificar os elementos dominantes e que lhe dão especificidade. A experiência paranaense, que vem logo após, expressa o processo de urbanização do Estado, como um aspecto do crescimento das cidades no Brasil. Esses tópicos fundamentam a última parte, dedicada às diretrizes gerais, tema central do trabalho. Nessa parte são enfocados os assuntos relativos à rede urbana, aos pólos regionais e ao uso e ocupação do espaço físico das cidades.

Os leitores interessados exclusivamente nas propostas aqui contidas poderão ir diretamente à última parte, sem prejuízo para a compreensão.

1 MARCO GERAL DE URBANIZAÇÃO

O processo de urbanização é inerente às sociedades industriais, pois a expansão da indústria é concomitante à concentração da produção, em que o setor produtivo passa a ser dominado por um pequeno número de grandes empresas. Além disso, cresce a integração, aumentando as ligações interindustriais, estabelecendo-se uma divisão do trabalho na qual a produção social divide-se entre unidades autônomas e independentes, inseridas em relações mercantis. O emprego industrial cresce em termos absolutos, a despeito do aumento da relação capital-trabalho.

O comércio sujeita-se também à concentração, pois integra-se no sistema de reprodução, atuando no âmbito da circulação e da distribuição. O setor de serviços tem sua área de atuação ampliada na economia, englobando as atividades tipicamente administrativas do setor público, os processos educacionais e as práticas assistenciais organizadas em instituições, os serviços médico-hospitalares e outros serviços pessoais destinados ao consumo individual. Além desses, há os prolongamentos das atividades produtivas na esfera da circulação, como transporte e armazenagem, e as atividades de reparação e manutenção, que aumentam paralelamente aos serviços financeiros de crédito e financiamento à produção e ao consumo.

Dessa forma, os setores secundário e terciário apresentam uma tendência à concentração, quer no plano geográfico quer ao nível do capital. Com a concentração, traduzindo-se em escalas operacionais elevadas, necessita-se de um contingente de mão-de-obra cada vez maior. O efeito da expansão industrial é o crescimento da população residente nas cidades.

O setor primário, ao contrário, é essencialmente liberador de mão-de-obra, pois qualquer aumento de produção decorrente de mudanças estruturais cria excedentes populacionais.

Se a produção cresce em função de mudanças na sua base técnica e nas relações de trabalho, há um aumento geral da produtividade. Não havendo incorporação de novas terras, mesmo que não diminua a mão-de-obra ocupada, os acréscimos populacionais provocados pelo crescimento vegetativo vão se transformar em excedentes. Com a produção mantendo-se no mesmo nível e a produtividade do trabalho aumentando, em virtude das mesmas mudanças anteriores, haverá um excesso de força de trabalho, constituindo-se um excedente populacional, desde que novas terras não sejam incorporadas ao processo produtivo.

A disponibilidade de novas terras para incorporar esses excedentes restringe a emigração para as cidades. Como as transformações na base técnica da produção e nas relações de trabalho tendem a se generalizar, em virtude da concorrência e da integração com a indústria, cedo ou tarde haverá um excedente populacional nas áreas novas, cujo destino é a cidade.

Além disso, essas mudanças estruturais são simultâneas à concentração da posse da terra, em que um grande número de produtores privados e independentes perde essa condição e, não

se integrando à produção, engrossam as fileiras da mão-de-obra não-absorvida.

As migrações para as cidades só desapareceriam na hipótese de oferta ilimitada de terras e de inexistência de mudanças nos processos produtivos. A disponibilidade de terras tem um limite físico e outro social, representado pela propriedade fundiária, além de um limite econômico constituído pela ausência de um mercado consumidor urbano em expansão para os produtos agrícolas.

Mesmo que ocorra uma defasagem entre a liberação da mão-de-obra do meio rural e a capacidade de sua absorção pelas atividades urbanas, o crescimento urbano não é produto exclusivo da emigração rural, ainda que esta pareça ser o fator dominante.

A expansão das cidades sempre despertou reações ambíguas no pensamento político e social conservador, caracterizando-o como profundamente anti-urbano.

No Brasil, o anti-urbanismo se expressa por meio de propostas inócuas ou inaplicáveis para impedir o crescimento das cidades, pois seriam necessárias a estagnação demográfica e a esterilização do progresso técnico na agricultura. Assim, o anti-urbanismo é a forma que o pensamento reacionário encontrou para se manifestar, no atual estágio de desenvolvimento da economia e da sociedade brasileiras.*

O crescimento das cidades não deve servir de pretexto para discussões acobertadoras dos reais problemas que afetam a

*Os anti-urbanistas deveriam levar às últimas conseqüências as suas propostas, defendendo uma reforma agrária radical e a reestruturação do gasto público. A primeira quebraria a rigidez da estrutura fundiária responsável pela intensidade dos fluxos migratórios, e a segunda aumentaria os gastos na área social, reduzindo a miséria urbana.

sociedade; além de irreversível, merece tratamento adequado, cujos fundamentos gerais são o objeto deste tópico.

Normalmente, a análise do crescimento das cidades centra-se no aspecto demográfico, enfatizando os movimentos populacionais. Esse enfoque, entretanto, não é exclusivo, pois existem os que procuram estudar a configuração física das cidades e a distribuição da população e das atividades no seu espaço físico. Uma outra abordagem, mais dominante entre os geógrafos, procura estabelecer as relações que as cidades mantêm entre si. A partir da década de 60, começou a ganhar destaque o problema das áreas metropolitanas, no qual se realça uma abordagem jurídico-institucional.

Abstraindo o enfoque demográfico, essas formas diferenciadas de tratamento apresentam problemas de síntese, cuja solução formal tem sido apresentá-las numa relação dicotômica, representada pelos aspectos inter e intra-urbanos. Exemplos dessa síntese formal são dados por Francisconi e Maria Adélia,¹ e pelo pronunciamento de Luiz Otávio Cavalcanti, relativo à estratégia de desconcentração do CNDU:

(....) A estratégia de desconcentração se apóia em dois programas principais, o das Regiões Metropolitanas relacionado com o aspecto intra-urbano e o das cidades de porte médio, voltado para o aspecto inter-urbano.²

A análise demográfica do crescimento urbano destaca os movimentos populacionais, identificando grandes fluxos migratórios para detectar sua origem e destino, bem como suas causas. As outras duas abordagens, ainda que considerem o crescimento urbano, enfatizam aspectos absolutamente distintos.

Na abordagem da configuração física das cidades, toma-se como referência um padrão de crescimento constituindo variações de um modelo radiocêntrico ideal, em que círculos concêntricos sucessivos se apresentam como áreas de uso especializado ou dominante, partindo da área central, ocupada por determinadas atividades e tipos residenciais, para o exterior, passando por zonas residenciais, comerciais, etc. de níveis diferenciados. A esse modelo associa-se um sistema viário formado por radiais e perimetrais, procurando adequar os sistemas de circulação aos diferentes usos urbanos. O modelo encontra-se na base do planejamento físico, ainda que nem sempre explicitado claramente.

Essa forma de crescimento, para analistas mais críticos, associa-se diretamente à propriedade privada do solo, cuja consequência mais evidente é a segregação espacial da população, racionalizada na legislação de zoneamento e uso do solo. Por isso mesmo, seria a forma típica de crescimento urbano no capitalismo, acabando por assumir pretensões universalizantes, de forma a ser encarada, principalmente nos modelos organicistas, como a evolução padronizada de um organismo vivo no seu processo de crescimento natural.³ A maior ou menor proximidade desse modelo suscitou um debate acerca da pretensão original de Burgess, ao propor esse esquema geral de crescimento das cidades. Seria ele um modelo explicativo do crescimento de uma cidade específica, ou um esquema explicativo da expansão urbana? Leo F. Schnore,⁴ analisando esse problema, permite concluir que o modelo radiocêntrico constitui um tipo ideal que passa por modificações nos diferentes casos em que

se manifesta concretamente. Castells,⁵ referindo-se à avaliação dos pressupostos desse modelo, realizada por Quinn, mostra como este autor conclui que os fundamentos desse modelo são, basicamente, a propriedade privada do solo urbano, a existência de uma determinada divisão social do trabalho e a preponderância das atividades comerciais e industriais na sociedade. Assim, o caráter universal desse modelo se refere exclusivamente à urbanização capitalista e não a uma forma genérica de crescimento das cidades.

Na expansão física das cidades estão envolvidas, portanto, a distribuição espacial das atividades, a estruturação do sistema viário, a definição de usos e o financiamento da sua produção. Todas essas ações têm como suporte natural a terra, sobre a qual recai um título de propriedade.

O terceiro tipo de tratamento, enfatizando as relações entre centros urbanos, tem origem na teoria dos locais centrais formulada originalmente por Cristhaller. Procura demonstrar que diferentes centros se estruturam numa ordem hierárquica de acordo com as funções que desempenham, correspondendo para cada nível funcional uma área de influência, que pode incluir apenas a área rural adjacente (para os centros de nível hierárquico mais reduzido) ou até uma série de centros, (para aqueles de ordem mais elevada). Essa abordagem, com uma série de desdobramentos e desenvolvimentos conceituais, encontra-se na base das teorias mais atualizadas de polarização e regionalização, incluindo a teoria dos pólos de desenvolvimento de Perroux, em que o ponto geográfico é substituído pela indús-

tria motriz, derivando para noções de enclave e pólo de desenvolvimento.

A noção de rede urbana associa-se diretamente às noções de polarização discutidas anteriormente. Discutiu-se muito a respeito da hierarquia que as cidades estabelecem entre si e rios de tinta foram gastos na construção de modelos. De um ponto de vista estritamente empírico, não se pode negar que há uma diferença entre as dimensões dos diversos centros e que, entre eles, existem interações diferenciadas, cujas variáveis são passíveis de quantificação, como fluxos de passageiros, ligações telefônicas, origem e destino da circulação de mercadorias, entre outras; falta a esses modelos, porém, uma base teórica.⁶ Limita-se aqui a registrar, sem maiores discussões, que a base dessas interações encontra-se nas escalas diferenciadas das atividades do setor terciário e, por extensão, expressam uma divisão territorial do trabalho. Assim, uma rede urbana de dimensões nacionais, e inclusive mundial, resulta de um mercado unificado, com livre fluxo de capital, mercadorias e informação.

Essas duas últimas formas de focar o crescimento das cidades - de certa maneira presentes na separação entre urbanismo e urbanização -, a expansão física das cidades, geralmente indicada pela noção de configuração espacial, e a formação de uma rede urbana, constituem as duas abordagens sintetizadas na dicotomia inter e intra-urbana, que não supera o simples formalismo, pois não lhes dá unidade e nem coerência, simplesmente repõe a dualidade em outros termos. Essas abordagens destacam aspectos diferentes do problema geral do cresci-

mento das cidades, devendo sua análise ser feita sob a ótica da produção social do espaço físico, cujas características básicas são, de um lado, a aglomeração e concentração das atividades e da população em pontos determinados do território e, de outro, a diversificação e hierarquização dessas atividades em termos de escala e natureza.

A expansão industrial traz consigo a concentração e a centralização dos capitais que implicam a produção em grande escala por poucas e grandes unidades, concretizando-se no adensamento da produção no espaço físico. A concentração e centralização se manifestam pelas crescentes dimensões do capital fixo envolvido na produção, representado por máquinas, equipamentos e edificações. Esse processo tem um outro aspecto, que extrapola o das unidades produtivas isoladas cada vez maiores: são as relações de continuidade e de intercâmbio que se estabelecem entre elas, enquanto partes de um processo produtivo geral, para reduzir o tempo morto entre as diferentes fases desse ciclo produtivo, representadas por cada unidade isoladamente. Para isso, é necessário que elas se aproximem geograficamente, fazendo com que exista uma concentração de atividade e de equipamentos no espaço; ao mesmo tempo, a justaposição dessas edificações cria condições materiais, cujos efeitos são apropriados de forma coletiva pelas unidades de produção, definindo um uso particular para o espaço físico.

A concentração do capital fixo, corporificada em grandes sistemas mecanizados, exige um número cada vez maior de trabalhadores para operacionalizá-lo; a complexidade tecno-administrativa das grandes unidades de produção impõe a neces-

sidade de um aparato burocrático para a gestão e a supervisão do trabalho e um corpo de técnicos e engenheiros para o controle e planejamento da produção. O emprego aumenta e se ampliam as escalas funcionais, acarretando a diversificação do mercado de trabalho, com marcantes diferenças de renda. Essa população e suas famílias constituem um mercado consumidor cujas necessidades de habitação, circulação e lazer, entre outras, demandam novas atividades e seus suportes materiais, como edificações, equipamentos, etc, os quais definem outros usos sociais.

As transações entre produção e consumo passam pelas atividades comerciais que dependem, para sua escala operacional, da renda e da densidade de população, as quais asseguram a velocidade do consumo, o que, por sua vez, determina a velocidade de rotação do capital comercial, refletindo na sua taxa de rendimento. O capital comercial deve responder, também, pela necessidade de rotação do capital aplicado na indústria, devendo aumentar com o crescimento industrial. O mercado consumidor em expansão, a escala de produção industrial crescente e a necessidade de remunerar adequadamente o capital aplicado no comércio fazem com que o setor comercial se expanda, estendendo-se, assim, o processo de concentração e centralização para esse ramo.

Isso é possível porque o comércio não é única e exclusivamente uma atividade reflexa do nível de consumo e de sua velocidade, nem exclusivamente da velocidade de rotação do capital industrial. Possui um dinamismo particular dado pelas próprias necessidades de acumulação, decorrentes da concorrên-

cia que implica o desaparecimento do pequeno estabelecimento e seu controle pelos grandes; em alguns ramos, inclusive, há o desaparecimento da atividade comercial pela integração inter-industrial. A diversificação do mercado de trabalho, consequentemente a da renda e do perfil do consumo, viabiliza o surgimento de unidades especializadas na comercialização de determinados produtos, criando grandes variedades de estabelecimentos; o crescimento do capital, por sua vez, faz com que vários ramos sejam, gradativamente controlados por um único capital, dando origem a supermercados, hipermercados e lojas de departamentos.

Essas atividades instalam-se em função da maior conveniência para a realização de um grande volume de vendas no mais curto espaço de tempo, definindo áreas especializadas que são outros tantos usos do espaço físico, corporificados nos equipamentos e edificações espacialmente localizados.

O setor de serviços constitui-se fundamentalmente de atividades de apoio à produção e à comercialização, de consumo pessoal e da administração pública. Essas atividades tendem a se expandir e a se concentrar como as atividades dos demais setores, o que pode ser exemplificado pelos escritórios de assessoria técnica e científica, de consultoria econômica e planejamento, que, em pequena escala, se desenvolvem no interior de unidades produtivas e comerciais e gradualmente se autonomizam como atividade especializada. Sendo muitas vezes atividades descontínuas no tempo, não podem estar tão estreitamente vinculadas a uma empresa sem acarretar a subutilização dos investimentos e do pessoal; a autonomização, portanto, assegura

o uso contínuo no tempo e a garantia de expansão. Essa autonomização pode ocorrer dentro de um grande grupo econômico cuja demanda, proveniente da dimensão e da diferenciação das áreas de ação, assegura a rentabilidade necessária para esses serviços, como também em atividades específicas de capitais especializados, constituindo empresas privadas e independentes.

Nesse setor adquire especial destaque o serviço financeiro e de crédito: bancos comerciais (para prover o crédito corrente para as operações comerciais dos agentes econômicos), financeiras (para o financiamento da compra de bens de consumo duráveis, cujos preços extrapolam a capacidade de dispêndio do salário), bancos de investimento (para prover recursos para a formação de capital fixo). As operações mobiliárias e imobiliárias são atividades que se expandem *pari passu* com o desenvolvimento de uma economia capitalista comandada pela produção industrial. As atividades financeiras são dotadas de dinamismo próprio, que levam à sua crescente concentração em grandes grupos econômicos, cujo sistema de operações abarca várias unidades territoriais constituindo um mercado amplo e diversificado, diferenciando gradativamente as operações, desde as mais convencionais e correntes, como depósitos, descontos e cobranças, até o movimento de créditos de longo prazo na forma de participações ou lançamentos de títulos que pressupõem um mercado expandido.

A necessidade de uma função coordenadora geral, que não pode ser desempenhada por agentes econômicos privados, a crescente demanda por serviços e equipamentos por parte da população em geral, bem como a necessidade de investimentos em seto-

res estratégicos e fundamentais, cuja rentabilidade sobre o capital investido seja muito baixa ou com prazo de maturação muito longo, têm exigido que o Estado amplie seu campo de atividade. A consequência é o crescimento do sistema burocrático-administrativo, a maior especialização funcional e sua complexa hierarquização, separando-se as funções de coordenação geral e planificação daquelas de execução e prestação de serviços.

Todas essas atividades inter-relacionadas e cada vez mais integradas, repercutindo mutuamente, apresentam aquelas características sublinhadas anteriormente, ou seja, a diversificação e a hierarquização, tanto em termos de escala quanto de natureza. Essa divisão do trabalho se expressa no plano do território, estabelecendo diferenciação entre as cidades, ou escalas urbanas diversas.

A essas escalas associam-se funções urbanas dominantes que tipificam cada nível hierárquico de cidades; funções que têm sido objeto de investigação dos modelos de polarização e da relação tamanho-posição procurando distingui-las, classificá-las e ordená-las para estabelecer regularidades empíricas. As funções urbanas são definidas, por sua vez, como os bens e serviços que uma dada cidade pode oferecer aos seus moradores e aos habitantes de área de influência, que pode incluir outras cidades de menor ordem hierárquica. Esses bens e serviços pressupõem, necessariamente, certas atividades que se organizam em função do uso final, da mesma forma que definem vários tipos de uso do espaço urbano (comercial, bancário, industrial) como registrado anteriormente. A cidade se destina,

pois, a múltiplos usos aos quais se associam equipamentos, que são os "suportes materiais" dessas múltiplas atividades que, justapostas, formam unidades mais ou menos coerentes. A cidade é, assim, um valor de uso que só pode ser apropriado de forma social e produzido por agentes econômicos privados, independentes e concorrentes.

Desse modo, os dois aspectos do crescimento das cidades referem-se à formação da rede urbana e ao uso do espaço físico, o qual permite, grosso modo, eleger três dimensões que sintetizam a problemática da "configuração espacial":

- a) as escalas urbanas diferenciadas expressam a dominação de certos usos sobre outros, de certas atividades com suas respectivas exigências, introduzindo, assim, a componente "regional" no planejamento urbano;
- b) os diferentes usos que definem as escalas urbanas dimensionam também os equipamentos; assim, áreas de comércio atacadista e de serviços especializados estão dimensionadas tanto em função do padrão de concorrência dos respectivos ramos ou setores, quanto do mercado específico atendido por um determinado centro urbano;
- c) o agente econômico responsável pela urbanização é o capital imobiliário, cuja ação depende de um suporte geral representado pela terra, sobre a qual recai um título de propriedade. A propriedade da terra se realiza economicamente na renda capitalizada no preço, o qual apresenta níveis extremamente diferen-

ciados, dando origem à segregação espacial que separa o espaço urbano em áreas especializadas, o que vem a ser racionalizado no zoneamento. Como a produção física do espaço urbano pertence ao capital imobiliário, constituído por muitos agentes privados e em concorrência, sua ação deve ser coordenada pelos planos diretores e planos de expansão, para dar unidade e coerência a essa produção em virtude do seu uso social.

A produção social do espaço urbano apresenta, portanto, dois aspectos: de um lado, distribui os centros urbanos pelo território remetendo à rede urbana, que só tem procedência no caso de um mercado unificado; de outro, ocorre segregação espacial, que se refere à distribuição das atividades e dos equipamentos nos centros urbanos.

A unificação prática desses aspectos se dá nas áreas metropolitanas, onde se manifestam a concentração urbana, a diferenciação e a hierarquização em uma mesma região urbanizada. A segregação espacial, ao envolver várias unidades político-administrativas, assume uma dimensão institucional que destaca a componente político-institucional em detrimento da espacial.

Nas áreas metropolitanas, o problema da segregação espacial se manifesta de forma clara na separação entre áreas centrais e áreas periféricas. A razão para tanto encontra-se na autonomização relativa das diferentes funções envolvidas nas atividades econômico-sociais: gestão e coordenação econômico-financeira, planejamento e programação das atividades a

médio e longo prazo; planejamento e programação das atividades a curto prazo e as atividades de execução propriamente ditas. Além dessas, as atividades referentes a pesquisa e desenvolvimento se institucionalizam em grandes organizações autônomas e independentes.

A autonomização refere-se à separação dessas funções, constituindo-se unidades independentes, e à sua separação geográfica possibilitada pelos meios de comunicação. Separando-se geograficamente, essas funções criam centros e áreas especializadas representadas esquematicamente pelas atividades de cúpula (alta direção), localizadas nas áreas centrais, e a dispersão das atividades de execução e do planejamento e programação das atividades cotidianas nas áreas periféricas. Do lado do consumo social, a habitação segrega-se em virtude das diferenças de preço e de aluguéis no centro super-equipado e nas periferias subequipadas. A variável institucional ganha destaque porque essas áreas segregadas quase que coincidem completamente com unidades político-administrativas. A dominância desse aspecto jurídico-institucional é realçada indiretamente por Hauser:

(....) O desenvolvimento urbano acelerado estabeleceu grandes tensões nas estruturas governamentais, através do mundo. A emergência da metrópole do século XX tornou obsoletas muitas das formas herdadas do governo municipal. A área metropolitana, caracterizada pela fragmentação de governo, acha-se experimentando crescente tensão e conflitos de vários tipos.⁷

A primeira caracterização possível das áreas metropolitanas, além do seu tamanho, é a formação de regiões em que a urbanização do território não ocorre nos limites de uma uni-

dade administrativa, mas inclui várias delas, quer pelo transbordamento de um centro para além de seus limites, incorporando as áreas limítrofes, quer pela fusão de diversas malhas urbanas em crescimento, sendo esse último caso o único a que se pode denominar conurbação, conceito equivocadamente aplicado para todas as áreas metropolitanas.

As áreas metropolitanas podem ser definidas, grosso modo, como a expressão de uma nova divisão social do trabalho no plano do território, onde as atividades da alta administração e do planejamento empresarial desenvolvem-se na mesma proporção em que a economia se expande, e se separam geograficamente das atividades de execução. Assim, as áreas metropolitanas se caracterizariam pela concentração, na cidade central, das atividades de alta gerência e de administração financeira, enquanto na região urbanizada se diluiriam as atividades de execução.

Nas páginas anteriores, procurou-se formular um quadro geral do crescimento das cidades, demonstrando os seus aspectos mais relevantes, entre os quais a permanente criação de excedentes populacionais no campo. Portanto, apenas no quadro de uma estagnação geral - inclusive demográfica -, seria possível imaginar a permanência da população nas áreas rurais.

Outro tema realçado na análise do crescimento das cidades foi sua relação intrínseca com as "sociedades industriais", o que não autoriza a pensar no crescimento industrial e na modernização sócio-econômica sem grandes cidades, pelo menos dentro dos parâmetros oferecidos pelas sociedades industriais mais avançadas.

As formações metropolitanas representam o aspecto típico da urbanização recente, porque sintetizam as relações dominantes entre centros urbanos e aquelas da segregação espacial.

Os grandes fluxos migratórios para as cidades e o crescimento dessas têm sido encarados como distorção relativa a uma hipotética distribuição "equilibrada" da população e das cidades no território. Tais concepções distanciam o poder público das soluções mais adequadas dos problemas reais do crescimento urbano e - o caso mais comum - reforçam os determinantes da falta de "vontade política" para agir e da visão "agrarista" dominante nos círculos dirigentes.

Esse quadro geral fornece os critérios básicos para se analisar o crescimento das cidades no Brasil, incorporando aquilo que ocorre no Paraná como um de seus aspectos. Assim, o fenômeno urbano no Estado possui particularidades identificáveis apenas a partir do estudo do conjunto, o que é feito investigando-se, em primeiro lugar, as grandes transformações ocorridas no período 1950-80 e os fluxos migratórios dominantes nessa época. Procura-se mostrar que os índices de urbanização não são excessivos e nem as fronteiras agrícolas representam, de fato, uma alternativa ao crescimento urbano. Em segundo lugar, será enfocada a formação de uma rede urbana "nacional", mostrando suas particularidades e sua fragmentação. Por último, será abordada a expansão física das cidades, tomando-se como referência as áreas metropolitanas, dominadas pelo processo de periferização.

2 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NO BRASIL

Entre 1950 e 1980, a população brasileira cresceu de 51,9 milhões de habitantes para 121,1 milhões, aumentando aproximadamente 2,3 vezes, enquanto a população urbana cresceu de 18,8 milhões para 82,0 milhões, aumentando 4,4 vezes. O número de aglomerados urbanos não cresceu na mesma proporção: em 1950, havia no país cerca de 5.140 aglomerados urbanos e, em 1980, 8.075, divididos entre 3.991 cidades (sedes municipais) e 4.084 vilas, concentradas, fundamentalmente, nas regiões Sudeste e Nordeste.

Com o crescimento acelerado da população urbana, a taxa de urbanização (PU/PT x 100) aumentou de 36,2% para 67,8%. Considerando apenas os centros com mais de 20.000 habitantes, essa taxa era de 45,7% em 1980.

Esse crescimento não se deu de forma homogênea, pois as taxas de crescimento diferem conforme o tamanho dos centros. Em termos gerais, ele foi mais intenso nos centros com 100 a 500 mil habitantes; porém, na última década, as maiores taxas de crescimento da população urbana passam a pertencer aos centros na faixa entre 50 e 100 mil habitantes (tabela 1).

Uma classificação dos centros segundo o tamanho, incluindo os que possuem menos de 20 mil habitantes e permitindo identificar as regiões metropolitanas, mostra que os centros com mais de 500 mil habitantes e as regiões metropolitanas de

2ª ordem* apresentaram uma taxa de crescimento em torno de 10,6%, no período 1970-80. Além disso, a taxa para as duas maiores regiões metropolitanas foi de 5,4% e, nas três classes inferiores de tamanho, apresenta-se uma tendência declinante (tabela 2).

TABELA 1 - TAXAS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA, EM CIDADES DE 20.000 OU MAIS HABITANTES, POR CLASSE DE TAMANHO, NO BRASIL - 1950-80
(Em mil hab.)

PERÍODO	CLASSE DE TAMANHO				TOTAL
	20-50	50-100	100-500	+500	
1950-60	6,21	4,18	7,55	6,50	6,31
1960-70	5,63	4,04	8,48	4,83	5,77
1970-80	4,50	5,86	5,44	4,24	4,83
1950-80	5,45	4,69	7,15	5,19	5,64

FONTE: FARIA, Vilmar; Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos, In: SORJ, B. & ALMEIDA, M.H.T., org. Sociedade e política no Brasil pós-64. 2.ed. São Paulo, Brasiliense, 1984. p.125

TABELA 2 - POPULAÇÃO URBANA, SEGUNDO CLASSES DE TAMANHO, NO BRASIL - 1960-1970-1980

(Em 1.000 hab.)

CLASSE DE TAMANHO URBANO	POPULAÇÃO URBANA*						TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO (%)	
	1960		1970		1980		1960/70 1970/80	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%		
Centros								
Pequenos (menos de 100 mil hab.)	18.223	57,4	27.922	52,9	31.655	39,3	4,4	1,2
Medios (de 100 a 250 mil hab.)	1.835	5,7	4.613	8,7	8.775	10,9	9,7	6,6
Grandes (de 250 a 500 mil hab.)	1.322	4,1	2.367	4,5	3.883	4,8	6,0	5,1
Regiões Metropolitanas de 2ª. ordem e centros com mais de 500 mil hab.	2.917	9,1	5.544	10,5	15.157	18,9	6,6	10,6
Regiões Metropolitanas de 1ª. ordem	7.559	23,7	12.389	23,4	21.009	26,1	5,1	5,4
TOTAL	31.956	100,0	52.905	100,0	80.479	100,0	5,2	4,3

FONTE: CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO. Evolução da rede urbana no Brasil: período 1970-1980. Brasília, 1985. p18
*1960 e 1970 População Recenseada; 1980 População Residente

*São regiões metropolitanas de 1ª ordem Rio de Janeiro e São Paulo e de 2ª ordem, as demais: Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife e Salvador.

As duas maiores regiões metropolitanas apresentaram uma variação absoluta de 8.620 mil habitantes, o equivalente a 31% do crescimento populacional urbano, aumentando sua participação na população urbana de 23,7% para 26,1%, entre 1960 e 1980. Com exceção dos centros com menos de 100 mil habitantes, todos os demais apresentaram aumento na taxa de participação.

Os 28 aglomerados urbanos (centros urbanos agregados),* que englobam, além das cidades-núcleo, mais 91 centros, perfazendo 120 centros urbanos,** com uma população de 11.248 mil habitantes, representavam 14% da população urbana.

Em 1970, 65 municípios tinham população superior a 100 mil habitantes, com um total de 27.192 mil pessoas. Essa população aumentou, em 1980, para 38.988 mil pessoas. A característica básica desses municípios é que nove são cidades centrais de regiões metropolitanas às quais se devem acrescentar dezesseis outros municípios dessa ordem de tamanho. Em 1970, esses 25 municípios representavam 75,6% da população urbana desses centros, caindo para 72,8% em 1980. Do restante, 21 pertencem a aglomerados urbanos e apenas 19 são centros isolados.

Esses números indicam uma nova problemática no processo de urbanização, ou seja, conjuntos urbanizados constituídos por centros agregados dominam o crescimento da população urbana, destacando-se, entre estes, as regiões metropolitanas.

*Aglomerados urbanos são as aglomerações que podem apresentar problemas econômicos e sociais comuns, justificando a institucionalização de um mecanismo de planejamento e ordenação de sua expansão, sem constituírem áreas metropolitanas.

**Os 120 centros não correspondem à soma das cidades-núcleo (ou geminadas) com os centros subordinados, devido à característica particular do aglomerado Metronor, com seus pólos extremos: Londrina e Maringá.

O processo de urbanização ocorrido no País esteve associado a profundas transformações estruturais na economia e sociedade brasileiras.

Em 1950, a PEA agrícola representava 59,9% da PEA total do País, a contribuição da agricultura para a renda interna era de 24,9%, enquanto a da indústria de transformação era de 20,2%. O setor secundário ocupava apenas 14,2% da População Economicamente Ativa. O quadro é distinto em 1980: o setor primário teve sua participação reduzida para 29,9% na geração de emprego, enquanto a do setor secundário havia aumentado para 24,4% e, especificamente, a da indústria de transformação aumentou de 9,4% para 15,7%. A contribuição da agricultura para a renda interna reduziu-se para 13,1% e a da indústria de transformação aumentava de 20,2% para 26,3%.

Houve uma profunda modificação na estrutura industrial, com a queda da participação dos bens de consumo não-duráveis no valor da produção, elevando-se consideravelmente a contribuição da indústria de bens duráveis e de bens de capital, que passam, em conjunto, de 6,8% em 1950, para 28,2% em 1980.

Dessa forma, o crescimento econômico do País esteve fortemente condicionado pelo desempenho do setor industrial, o qual ocorreu sob a liderança da indústria de bens de consumo duráveis e de bens de capital.*

Nesse período, a agropecuária passou por uma série de transformações que não podem ser desprezadas, entre as quais deve ser destacada a incorporação de novas terras às atividades produtivas. Em 1950, o Censo Agropecuário registrou a existência de 2.065 mil estabelecimentos rurais, ocupando uma

área de 232.211 mil ha; esses números eram, respectivamente, 5.160 mil e 364.854 mil, em 1980. Houve um aumento de 150% no número de estabelecimentos e de 57% na área ocupada por eles. A área destinada ao cultivo dos oito principais produtos agrícolas (arroz, algodão, batata-inglesa, cana-de-açúcar, feijão, milho, trigo e soja) cresceu aproximadamente 2,25 vezes, passando de 15.340 mil ha, em 1950, para 34.580 mil ha, em 1980.

Um segundo aspecto a ser destacado é o aumento da produtividade do trabalho e do rendimento físico na agricultura. O pessoal ocupado na agropecuária aumentou de 10.997 mil para 21.164 mil, um acréscimo de 92%; considerando apenas os produtos principais, cuja produção física cresceu 444%, o índice de produtividade aumenta de 100 para 283. Tendo em vista, ainda, que a área ocupada no cultivo daqueles produtos aumentara 125%, o rendimento físico no período apresentou um aumento de 142%.

O terceiro aspecto que merece realce é a crescente integração com a indústria, quer pela exigência de um processamento industrial posterior à colheita, quer pelo progresso técnico representado pelo consumo de insumos modernos e pelo uso de equipamentos e máquinas. Representativa dessa integração são as culturas de cana-de-açúcar e de soja, cujo crescimento foi maior do que o do total dos outros produtos.

Houve melhorias substanciais na produção agrícola, a despeito da rigidez na estrutura fundiária que aumentou o custo social dessas mudanças. A agricultura, de certa forma, conseguiu acompanhar as transformações no sistema industrial,

em que os setores produtores de bens de consumo duráveis e de bens de capital adquiriram papel proeminente.

Foi exatamente com esses setores, especialmente com a implantação das indústrias siderúrgicas e automotriz, e posteriormente das indústrias químicas e farmacêuticas, que as condições foram criadas para a geração em certos países, e particularmente no Brasil, de um complexo agroindustrial.¹⁰

O complexo agroindustrial transforma-se no fator dinamizador da produção e da geração do excedente agrícola, atuando tanto na reestruturação do processo produtivo quanto na apropriação da produção crescentemente industrializada.¹¹

Assim, as reações ao crescimento da população urbana possuem um conteúdo nitidamente passadista, representado pela idealização de uma sociedade agrária, onde não existiriam os elementos supostamente catastróficos da urbanização acelerada. Essas reações são traduzidas em políticas destituídas de operacionalidade, voltadas para a manutenção do homem no campo ou para a dinamização dos pequenos centros com o objetivo de fazê-los funcionar como diques de contenção das correntes migratórias para as grandes cidades. Sendo inadequadas à natureza das transformações sócio-econômicas, têm uma função meramente ideológica, principalmente quando procuram associar "pobreza urbana" à urbanização.

A miséria urbana só se distingue da rural pelo fato de se encontrar geograficamente concentrada e colocada lado a lado com o fausto e a opulência. Suas causas devem ser procuradas à margem de relações causais simplificadoras como essas. Os grandes problemas da população pobre das cidades resultam, entre outras causas, do rebaixamento sistemático de

sua renda e do subemprego, agravados pela sistemática do autofinanciamento dos serviços urbanos e sociais e pela rigidez da estrutura fundiária.

Essas reações são pouco adequadas à realidade brasileira, como mostra Vilmar Faria através dos índices de primazia e da relação ordem e tamanho, quando conclui que o processo de desenvolvimento dos últimos trinta anos não contribuiu para maior concentração da população urbana no Brasil, pelo menos à luz dos parâmetros de avaliação disponíveis.¹²

A observação anterior a respeito dos níveis de urbanização deve ser relativizada quando se consideram as diferentes regiões do País.

O crescimento industrial por que passou a economia brasileira concentrou-se em São Paulo, em virtude da expansão cafeeira, à qual se associou o crescimento da indústria e, posteriormente, a política de desenvolvimento industrial implantada a partir dos meados da década de 50. Entretanto, os primeiros sinais de desconcentração geográfica manifestam-se na leve redução da participação do Estado de São Paulo no Valor da Transformação Industrial - VTI.

Na década passada, São Paulo e Rio de Janeiro perderam posição no VTI, aumentando a participação do Nordeste, Paraná, Santa Catarina e, de forma significativa, de Minas Gerais (tabela 3).

TABELA 3 - PARTICIPACAO DOS ESTADOS E REGIOES NO VALOR DA TRANSFORMACAO INDUSTRIAL - 1970-1975-1980

REGIAO E ESTADO	1970	1975	1980
Norte	1,00	1,32	2,58
Nordeste	5,77	6,74	8,06
Centro-Oeste	,82	1,09	1,28
Minas Gerais	3,05	7,12	8,17
Espirito Santo	,51	,65	1,17
Rio de Janeiro	15,30*	13,20	10,42
Sao Paulo	56,65	54,76	52,43
Parana	3,03	3,90	4,29
Santa Catarina	2,66	3,31	4,20
Rio Grande do Sul	6,22	7,39	7,16

FONTE: Censo Industrial - IBGE

*Inclui o antigo Estado da Guanabara

Nos dois quinquênios da década passada, aqueles dois estados apresentaram crescimento abaixo do verificado para o conjunto da indústria brasileira, enquanto Paraná, Santa Catarina, Espírito Santo, entre outros, registraram um crescimento bem acima do teórico, isto é, o crescimento do conjunto da indústria do País (tabela 4).

TABELA 4 - GANHOS E PERDAS DO VALOR DA TRANSFORMACAO INDUSTRIAL, SEGUNDO REGIOES E ESTADOS - 1970-80

REGIAO E ESTADO	1970-75	1975-80
Norte	23,79	48,8
Nordeste	14,05	16,0
Centro-Oeste	24,91	14,4
Minas Gerais	,49	12,6
Espirito Santo	21,20	44,8
Rio de Janeiro	(14,30)	(21,3)
Sao Paulo	(3,77)	(4,6)
Parana	21,90	8,8
Santa Catarina	19,50	20,9
Rio Grande do Sul	15,24	(3,2)

FONTE: Censo Industrial - IBGE

Como a urbanização não se dissocia da dinâmica industrial, os processos da concentração urbana dominantes nas re-

giões avançadas transferem-se para o conjunto do território nacional, reduzindo-o no global, porém acentuando-o nas diferentes regiões.

O crescimento da população urbana decorre ainda, fundamentalmente, dos fluxos migratórios de origem rural. Nesse sentido, a expansão das cidades encontra-se condicionada em grande medida ao crescente aporte de populações desenraizadas do mundo rural, que se destinam às cidades para obter condições de sobrevivência em virtude de mudanças nas relações de trabalho no campo. Dessa forma, contingentes populacionais são, permanentemente, transformados em mão-de-obra excedente.

O crescimento das cidades traduz, também, uma dinâmica "urbano-industrial", porém há uma defasagem entre a liberação de mão-de-obra no campo e a capacidade de absorção nas atividades urbanas, o que dá lugar às mais diferentes formas de combinação do trabalho de diversos membros da família nas mais variadas atividades, o que permite a sobrevivência da família.⁴⁹

Essa defasagem está associada à formação do mercado de trabalho "informal", constituído por pequenas unidades mercantis e produtores mercantis individuais e independentes, fato decorrente do desenvolvimento do capitalismo. Esse mercado "informal" caracteriza-se pelos baixos níveis de renda e pela impossibilidade de acesso de seus elementos a atendimentos sociais como saúde e previdência, financiados pela contribuição dos usuários. A consequência desse estado de coisas é a pobreza, como enfocado anteriormente.

Como o crescimento urbano é dominado pelas migrações de origem rural, depara-se com uma situação cambiante, caracterizada por grandes deslocamentos de população pelo território:

(....) A comparação dos dados censitários demonstra que grande parcela da população brasileira passou por uma re-alocação espacial no período 1970-1980. De fato, considerando-se apenas a migração inter-municipal (....) pode-se notar que 19,9% dos brasileiros deslocaram-se no território durante a década. Isto é, quase vinte por cento da população brasileira se locomoveu espacialmente, sobretudo no Sul e Centro-Oeste (....). Esta cifra resulta de 28.695.025 brasileiros que se locomoveram dentro de sua região de procedência (15,7% da população total do Brasil e 78,9% dos migrantes da década) e dos 4.993.800 habitantes que mudaram de região (4,2% do total e 21,08% dos migrantes)(....).¹⁴

Desse quadro geral, deduz-se a necessidade de se delinear a natureza dos fluxos migratórios e como a eles se associa o processo de urbanização.

As Regiões Norte e Centro-Oeste apresentaram, tanto nas décadas de 60/70 como nas de 70/80, taxas anuais de crescimento da população residente nas cidades significativamente maiores do que a do Brasil, mas enquanto na primeira manifesta-se uma tendência ascendente, na outra a taxa anual de crescimento é reduzida quase à metade. Esse comportamento está associado à dinâmica das fronteiras agrícolas, onde o crescimento da população urbana é tão ou mais intenso do que o da população rural. Nas Regiões Nordeste e Sudoeste, por sua vez, as taxas anuais de crescimento são menores do que a do Brasil. Por serem as Regiões mais urbanizadas no País, tal constatação indica a generalização do processo de urbanização no território.

No que se refere à população rural, as maiores taxas de crescimento em 1960-70 são as das Regiões Sul e Centro-Oeste, que apresentam taxas negativas em 1970-80, em virtude do esgotamento da capacidade de absorção da população rural nas antigas áreas de fronteira (tabela 5).

Essas áreas ilustram a impossibilidade do crescimento da produção agropecuária sem liberar mão-de-obra ocupada, sejam empregados ou pequenos produtores independentes.

A fronteira constitui-se de áreas de expansão da agropecuária, mediante incorporação de terras, por isso foi apresentada como um meio para eliminar as pressões demográficas sobre a terra nas áreas tradicionais de cultivo e uma alternativa aos fluxos migratórios com destino às cidades.

Considerando o conceito restrito de população urbana como aquela constituída por residentes nos centros de 20 mil ou mais habitantes, pode-se perceber que as taxas anuais de crescimento são sistematicamente superiores às aquelas apresentadas na tabela 5, permitindo concluir que há pequena capacidade de absorção dos centros de menor tamanho da população ali residente e da mão-de-obra liberada da agricultura (tabela 6).

Com exceção da Região Sul, as taxas anuais de crescimento das populações urbana e rural variam no mesmo sentido, o que permite concluir que a expansão da fronteira não é uma alternativa ao crescimento da população urbana.

Os fluxos migratórios de origem rural coincidem no tempo com aqueles de origem urbana com destino a centros maiores.

TABELA 5 - TAXAS GEOMETRICAS DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULACAO, SEGUNDO REGIOES E ESTADOS - 1960-80

REGIAO ESTADO	POPULACAO URBANA		POPULACAO RURAL		TOTAL	
	1960-70	1970-80	1960-70	1970-80	1960-70	1970-80
Norte	5,28	6,44	2,09	3,70	3,40	5,02
Rondonia	6,88	14,37	6,09	17,70	4,69	16,03
Acre	5,87	8,32	2,21	,82	3,09	3,42
Amazonas	5,54	7,76	1,40	,43	2,94	4,12
Roraima	3,44	10,80	3,61	2,64	3,54	6,83
Para	5,06	5,01	2,28	4,25	3,49	4,62
Amapa	5,89	5,20	4,55	3,26	5,26	4,36
Nordeste	4,52	4,10	,89	,78	2,41	2,16
Maranhao	5,43	5,25	,97	2,04	1,91	2,93
Piaui	6,26	5,28	1,80	,82	3,01	2,44
Ceara	4,98	4,67	1,68	(,41)	2,86	1,95
Rio Grande do Norte*	5,60	4,22	(5,43)	6,74	3,11	2,05
Paraiba	3,72	3,76	,63	(,44)	1,81	1,52
Pernambuco	4,39	3,02	,43	,04	2,38	1,76
Alagoas	4,14	4,76	1,37	,50	2,37	2,25
Sergipe	3,62	4,05	,52	,74	1,82	2,39
Bahia	4,18	4,21	1,31	,84	2,39	2,35
Sudeste	5,10	4,03	(1,63)	(1,97)	2,76	2,64
Minas Gerais	4,56	4,01	(,69)	(2,08)	1,71	1,54
Espirito Santo	6,91	6,00	,93	(1,82)	3,18	2,38
Rio de Janeiro	4,17	2,75	(2,46)	(,88)	3,07	2,30
Sao Paulo	5,82	4,60	(3,18)	(1,94)	3,32	3,49
Sul	51,17	4,98	2,23	(2,47)	3,42	1,44
Parana	6,69	5,97	4,13	(3,32)	4,98	,97
Santa Catarina	6,11	5,63	1,40	(1,16)	3,17	2,26
Rio Grande do Sul	3,95	3,98	,45	(2,07)	2,15	1,55
Centro-Oeste	9,17	4,99	2,97	(,64)	5,49	4,05
Mato Grosso do Sul	17,21	7,26	5,15	(1,84)	5,99	3,21
Mato Grosso	-	10,57	-	3,03	-	6,64
Goiias	7,80	6,92	2,24	(1,34)	4,22	2,77
Distrito Federal	19,31	8,24	(8,40)	5,88	14,42	8,15
Brasil	5,13	4,32	,58	(,61)	2,90	2,48

FONTE: TASCHNER, Suzana Pasternak & BOGUS, Lucia Maria Machado. Redistribuicao espacial e fluxos migratorios nos anos setenta. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 4., Aguas de Sao Pedro, 1984. Anais. Sao Paulo, ABEP, 1984. p. 1715-1742

*Para os autores, os dados de populacao rural apresentam-se anormais, devendo ter havido problemas ou na coleta, ou nos limites urbanos dos municipios do Rio Grande do Norte

TABELA 6 - TAXAS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA, EM CIDADES DE 20.000 OU MAIS HABITANTES, SEGUNDO REGIÕES 1960-80

REGIÃO	1960-70	1970-80
Norte	6,56	7,25
Nordeste	5,89	4,73
Sudeste	5,53	4,19
Sul	5,57	6,23
Centro-Oeste	10,86	8,26
Brasil	5,77	4,83

FONTE: FARIA, P.128

Tomando como unidades os municípios, os menores apresentaram taxas líquidas de migração negativas, tanto em virtude de alta participação da população rural, que não pode ser absorvida pela sede, quanto pela incapacidade de esta manter a população residente (tabela 7).

O peso da população rural, entretanto, é dominante nesses fluxos. Através de estimativas indiretas, obtidas por meio da aplicação de crescimento vegetativo à população rural, constata-se que 13,8 milhões de pessoas deixaram o campo entre 1960-70 e 15,3 milhões na década seguinte.⁴⁵ Nesse quadro geral, os estados do Nordeste e do Sul apresentaram saldo migratório negativo na década passada, o mesmo acontecendo com Minas Gerais e Espírito Santo no Sudeste, Goiás, no Centro-Oeste, e Acre, no Norte.

TABELA 7 - SALDO LÍQUIDO MIGRATORIO E TAXAS LÍQUIDAS DE MIGRAÇÃO, SEGUNDO POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - 1970-80

POPULAÇÃO	(Em mil hab.)	
	SALDO LÍQUIDO	TAXAS LÍQUIDAS (%)
Menos de 20	(2.060.246)	(8,2)
20 - 100	(788.328)	(1,9)
100 - 500	2.517.158	11,0
500 e mais	2.061.567	7,1

FONTE: CAMARÃO, Ana Amelia & PERILO, Sonia Regina. Padrões de distribuição espacial da população brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 5., Aguas de São Pedro, 12-16 out. 1986. Anais. Aguas de São Pedro, ABEP, 1986. p.561

Configura-se, assim, a crítica que se tem formulado aos que vêem na expansão das fronteiras uma alternativa para o crescimento urbano. Essas regiões mostraram-se incapazes de suportar por muito tempo a população migrante incorporada às atividades agropecuárias. Essa incapacidade de a fronteira reter, de forma permanente, os grandes contingentes populacionais, foi realçada por Martine, mostrando as tendências populacionais na década passada nas áreas em que ocorrem os primeiros processos de expansão de fronteira.

Inegavelmente, as cidades crescem incorporando excedentes populacionais do campo; com o tempo, esses fluxos perdem importância até que o crescimento vegetativo da população urbana assuma o caráter dominante.

Com o problema das migrações internas colocado nesses termos, mostrando que o processo de urbanização assume, também no Brasil, características irreversíveis, pois as fronteiras são incapazes de incorporar permanentemente os excedentes populacionais, resta expor como vem se dando a formação da rede urbana do País.

O IBGE divulgou, em 1973, seu primeiro estudo da rede urbana brasileira na publicação *Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas*, cuja versão revisada e atualizada, ainda não publicada, propõe-se a descrever as regiões de influência das cidades brasileiras, ou seja, o conjunto de centros urbanos em sua hierarquia como localidades centrais e suas áreas de influência (....).¹⁶

Nessa publicação, a partir do elenco de bens e serviços, hierarquizados por níveis de oferta, elaborou-se uma hierarquia urbana dos centros em seis níveis:

a) centro metropolitano;

- b) centro submetropolitano;
- c) capital regional;
- d) centro sub-regional;
- e) centros de zona;
- f) municípios subordinados.

Difícil é aceitar a identificação hierárquica entre São Paulo e Manaus ou entre Rio de Janeiro e Belém. Assim, optou-se pelo desmembramento das cidades do primeiro nível em metrópoles nacionais e metrópoles regionais, o que vem sendo prática usual entre os investigadores, através de expressões como as duas maiores metrópoles nacionais" ou, ainda, como estabelece Tolosa, a distinção entre metrópoles de 1ª e 2ª ordens. Entre as cidades incluídas no nível metropolitano encontra-se Manaus, que não faz parte das regiões metropolitanas criadas no País pela Lei Complementar nº 14/73.

No estudo do IBGE, como não poderia deixar de ser, aparecem comumente os casos de dupla polarização. Operando com as capitais regionais, o problema da dupla polarização foi resolvido, adotando-se os seguintes critérios: estando o pólo regional polarizado pela capital do seu respectivo estado, adotou-se essa capital centro; pertencendo a um estado cuja capital não tem função polarizadora metropolitana, optou-se pelo maior centro metropolitano, a não ser quando isso era absolutamente inaceitável em função, por exemplo, da distância relativa entre eles. Assim, obteve-se o esquema simplificado exposto a seguir, com os grandes centros polarizadores colocados em seus respectivos níveis hierárquicos e a população urbana correspondente de 1980 (quadro 1).

QUADRO 1 - REDE URBANA BRASILEIRA - 1980

METROPOLE NACIONAL	METROPOLES REGIONAIS	CENTROS SUBME- TROPOLITANOS	CENTROS CAPITAIS REGIONAIS	CENTROS SUB-REGIONAIS
Sao Paulo (7.032.547)		Campinas (566.627)	Aracatuba (77.186)	47 centros
		Campo Grande (282.857)	Araraquara (113.925)	
		Cuiaba (167.880)	Sauru (180.093)	
		Ribeirao Preto (300.828)	Dourados-MS (76.783)	
			Marilia (103.815)	
			Ourinhos (52.671)	
			Piracicaba (179.380)	
			Pocos de Caldas-MG (81.440)	
			Presidente Prudente (127.903)	
			Rondonopolis-MS (52.315)	
			Santos (410.933)	
			Sao Jose do Rio Preto (171.027)	
			Sao Jose dos Campos (268.034)	
			Sorocaba (254.672)	
			Taubate (155.376)	
			Uberaba-MG (180.228)	
			Uberlandia-MG (230.185)	
Rio de Janeiro (5.090.700)		Vitoria - ES	Cachoeiro do Itapemirim 4 centros (85.024)	
			Barra Mansa-Volta Redonda (303.461)	
			Campos (178.457)	
			Colatina-ES (61.120)	
			Nova Friburgo (88.872)	
	Belo Horizonte (1.775.082)	Juiz de Fora (299.432)	Barbacena (69.566)	25 centros
			Divinopolis (100.279)	

cont inua

METROPOLE NACIONAL	METROPOLES REGIONAIS	CENTROS SUBMETROPOLITANOS	CAPITAIS REGIONAIS	CENTROS SUB-REGIONAIS
			Governador Valadares (173.624)	
			Montes Claros (151.713)	
			Patos de Minas (59.849)	
			Teófilo Otoni (83.084)	
			Varginha (57.774)	
	Recife (1.183.391)	Arapiraca (83.963)		
		Arcoverde (40.595)	João Pessoa-Campina Grande-PB (512.349)	
			Maceió-AL (375.771)	
			Natal-RN (376.446)	
			Caruaru (137.502)	
			Garanhuns (64.823)	
			Mossoró-RN (117.971)	
			Juazeiro-Petrolina (198.771)	
	Fortaleza (1.307.611)	São Luiz-MA	Crato (49.175)	4 centros
		Teresina-PI	Iguatu (39.607)	
			Sobral (69.208)	
	Salvador (1.491.642)	Aracaju-SE	Alagoinhas (76.331)	9 centros
			Feira de Santana (227.004)	
			Ilheus-Itabuna (201.539)	
			Vitória da Conquista (125.516)	
	Manaus (611.763)		Porto Velho-RO (101.162)	1 centro
			Rio Branco-AC (87.449)	

METROPOLE NACIONAL	METROPOLES REGIONAIS	CENTROS SUBMETROPOLITANOS	CAPITAIS REGIONAIS	CENTROS SUB-REGIONAIS
	Belem (824.492)		Imperatriz-MA (111.705) Macapa-AP (88.930) Santarem-PA (102.181)	1 centro
	Curitiba (1.024.975)	Londrina (257.899)	Apucarana (63.678) Cascavel (100.329) Florianopolis-SC (153.652) Guarapuava (89.951) Joinville-SC (216.986) Blumenau-SC (144.785) Maringa (158.091) Paranavaí (52.593) Pato Branco (30.889) Ponta Grossa (171.810) Umuarama (49.430)	23 centros
	Porto Alegre (1.114.867)		Bage (66.720) Criciúma-Tubarão-SC (138.526) Cruz Alta (53.659) Ereçim (46.990) Ijuí (52.520) Joaçaba (16.221) Lages-SC (108.727) Passo Fundo (103.064) Pelotas (196.919) Rio Grande (130.149)	20 centros

conclusão				
1METROPOLE 1NACIONAL	1METROPOLES 1REGIONAIS	1CENTROS SUBME- 1TRROPOLITANOS	1 1CAPITAIS REGIONAIS	1CENTROS 1SUB-REGIONAIS
			Santa Cruz do Sul (52.096)	
			Santa Maria (151.156)	
			Santana do Livramento (58.072)	
			Santo Angelo (50.173)	
			Uruguaiana (79.077)	
	Goiania (702.858)		Anapolis (160.571)	5 centros
			Brasilia (1.139.400)	

FONTE: FUNDAÇÃO IBGE. Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas. Rio de Janeiro, 1982. Mimeografado
Censo Demográfico - IBGE

A metodologia dos locais centrais quando aplicada aos "países subdesenvolvidos", apresenta alguns problemas. O IBGE assinala que a disposição central dos núcleos polarizadores nem sempre se verifica. Atribui essa excentricidade à ocupação litorânea pelas grandes cidades, herdadas do período colonial. Além disso, a concentração da renda nos grandes centros pode impedir o desenvolvimento dos centros intermediários, bem como a inserção em contextos regionais diferenciados pode acarretar profundas diferenças sócio-econômicas entre centros de mesma ordem hierárquica, como exemplo, pode-se citar Santos-SP e Iguatu-PI. Essas diferenças podem ser explicitadas por meio de vários critérios, adotando-se aqui um critério demográfico.*

*Aplicou-se um índice obtido pela relação entre a diferença entre população urbana e rural e população total. Não difere muito da taxa de urbanização, mais usual, porém, como possui uma variação teórica entre -1 e +1, dá a ideia de assimetria e tem melhor efeito "visual".

Aplicando o índice de urbanização aos municípios subordinados a uma mesma capital regional e a ela inclusive, obteve-se um critério único de diferenciação exposto no quadro 2.

Considerando-se duas variáveis, a densidade da rede, isto é, a presença significativa de todos os níveis hierárquicos, e a dominância de índices positivos para a variável urbanização, podem ser obtidos dois segmentos bem diferenciados da rede urbana. O primeiro deles representado pelas áreas de influência das metrópoles do Sudeste e Sul (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre) e o segundo, pelas regiões que compõem a Amazônia e o Nordeste. Essa segmentação não implica necessariamente uma dualidade, pois as metrópoles estabelecem entre si interações às vezes mais intensas do que com a sua própria área de influência. Inegavelmente, porém, os centros com índices positivos e integrantes das áreas polarizadas pelas metrópoles do Sul/Sudeste, compõem um segmento mais elevado da rede urbana brasileira, representando cidades incorporadas em um sistema de interações sócio-econômicas bastante diferenciadas dos demais.

A partir dessas considerações, é possível uma reconstrução, ainda que provisória, da rede urbana de real significado no processo de urbanização, conforme o seu nível hierárquico e disposta segundo o tamanho da população (quadro 3).

Pode-se concluir, então, que a formação da rede urbana apresenta-se bastante fracionada, acompanhando de perto as desigualdades regionais do desenvolvimento sócio-econômico do País, principalmente de seu setor industrial. Curitiba desponta

QUADRO 2 - INDICE DE URBANIZACAO DAS CAPITAIS REGIONAIS SEGUNDO AS AREAS METROPOLITANAS

REGIAO DE INFLUENCIA	CAPITAIS REGIONAIS	INDICE DE URBANIZACAO	
		PU - PR	PT
Manaus	Porto Velho	(,09)
	Rio Branco	(,19)
Belem	Imperatriz	(,29)
	Macapa	(,06)
	Santarem	(,16)
Fortaleza	Crato/Juazeiro do Norte	(,23)
	Iguatu	(,32)
	Sobral	(,31)
Recife	Campina Grande/Joao Pessoa		,08
	Macae		,96
	Natal		1,00
	Caruaru	(,10)
	Garanhuns	(,26)
	Mossoro		,01
	Juazeiro-Petrolina	(,30)
Salvador	Alagoinhas		,07
	Feira de Santana	(,31)
	Ilheus/Itabuna	(,21)
	Vitoria da Conquista	(,32)
Sao Paulo	Aracatuba		,42
	Araraquara		,53
	Bauru		,44
	Dourados-MS		,16
	Marilia		,36
	Ourinhos		,11
	Piracicaba		,69
	Pocos de Caldas-MG		,21
	Presidente Prudente		,33
	Rondonopolis		,26
	Santos		,97
	Sao Jose do Rio Preto		,39
	Sao Jose dos Campos		,77
Sorocaba		,41	
Taubate		,72	
Uberaba		,51	
Uberlandia		,69	
Rio de Janeiro	Cachoeiro do Itapemirim-ES	(,03)
	Barra Mansa/Volta Redonda		,51
	Campos		,26
	Colatina-ES	(,20)
	Nova Friburgo		,10

continua

conclusao

REGIAO DE INFLUENCIA	CAPITAIS REGIONAIS	INDICE DE URBANIZACAO	
		PU - PR	PT
Belo Horizonte	Barbacena		,21
	Divinopolis		,43
	Governador Valadares		,22
	Montes Claros	(,22)
	Patos de Minas		,09
	Teofilo Otoni	(,17)
	Varginha		,43
Goiania	Anapolis		,05
	Brasilia-DF		,41
Curitiba	Apucarana		,18
	Cascavel	(,02)
	Blumenau	(,27)
	Florianopolis		,45
	Guarapuava		,13
	Joinville		,62
	Maringa		,07
	Paranavai		,08
	Pato Branco	(,15)
	Ponta Grossa		,35
Uauarama	(,09)	
Porto Alegre	Bage		,46
	Caxias do Sul		,24
	Criciuma-Tubarao		,21
	Cruz Alta		,02
	Erechim	(,22)
	Ijuí	(,17)
	Joacaba	(,21)
	Lajes		,05
	Passo Fundo	(,21)
	Pelotas		,15
	Rio Grande		,17
	Santa Cruz do Sul	(,16)
Santana do Livramento		,60	
Santa Maria		,29	
Santo Angelo	(,09)	
Uruguaiana		,38	

FONTE: FUNDACAO IBGE. Divisao...
Censo Demografico - IBGE

no escalão superior dessa rede urbana, formando parte da rede sudeste-sul, onde predominam níveis mais elevados e mais intensos de interações.

Identificada a rede urbana em formação e suas características básicas, analisa-se a expansão física das cidades, tomando como referência as áreas metropolitanas. A escolha dessa unidade deve-se a duas razões fundamentais: elas sintetizam a contradição entre área central e área periférica, numa mesma unidade urbana, e sua expansão se reveste de características mais nítidas do processo de segregação social representado pelas áreas centrais e periféricas. O conceito central para a análise desse processo é a periferização.

QUADRO 3 - CENTROS DE PRIMEIRO NÍVEL DA REDE URBANA BRASILEIRA*

CENTROS METROPOLITANOS	CENTROS SUBMETROPOLITANOS	CAPITAIS REGIONAIS
ISao Paulo	Campinas	Santos
IRio de Janeiro	Ribeirão Preto	Barra Mansa-Volta Redonda
IBelo Horizonte	Juiz de Fora	São José dos Campos
ISalvador	Aracaju	Sorocaba
IFortaleza	Campina Grande	Uberlândia
IRecife	Londrina	Joinville
IPorto Alegre	Cuiabá	Pelotas
ICuritiba	São Luiz	Uberaba
IBelem	Vitória	Sauri
IManaus	Anápolis	Piracicaba
IGoiania**		Campos
		Governador Valadares
		São José do Rio Preto
		Ponta Grossa
		Maringá
		Taubaté
		Florianópolis
		Santa Maria
		Criciúma-Tubarão
		Rio Grande
		Presidente Prudente
		Araraquara
		Lages
		Divinópolis
		Marília

FONTE: FUNDAÇÃO IBGE. Divisão...
Censo Demográfico - 1980

*As cidades pertencentes às áreas metropolitanas estão excluídas do esquema apresentado acima

**O Distrito Federal foi excluído

Cavalcanti Bezerra et alii particularizam o conceito de
periferização

(....) como processo vigente, nas áreas metropolitanas, de alocação de uma grande parte da população em espaço social e economicamente desvalorizado, respondendo à dinâmica de valorização do núcleo de novas grandes cidades que se acentuou sobremaneira na última década (....).¹⁷

Esses autores assinalaram que a periferização refere-se aos problemas da organização dos espaços que circundam as grandes cidades: a composição social das franjas urbanas, a esterilização das terras agricultáveis, a conversão do solo rural em urbano, as estratégias dos proprietários de terras e de firmas imobiliárias, entre outros.

A periferização é um caso de segregação espacial, problema característico do crescimento urbano. Ocorrendo em situações particulares que envolvem mais de uma cidade, no caso de toda uma unidade se transformar em "periferia" de um centro maior, ganha uma conotação jurídico-institucional.

O conceito de periferização permite destacar, no crescimento das cidades, o papel do capital imobiliário, que constitui um segmento específico do capital total da sociedade. Este capital possui uma forma particular de valorização, que pressupõe a existência de um mercado segmentado em dois setores distintos: o de terrenos edificáveis e o de habitações. Por ser a habitação um bem indivisível, seu preço de aquisição extrapola a capacidade de compra de qualquer salário ou ordenado, necessitando ser diluído no tempo. Isto se consegue mediante sistemas de financiamento apropriados, os quais fazem

com que a aquisição se identifique com um aluguel de prazo pré-fixado. Para os contratos de financiamento, exige-se uma renda mínima, o que exclui parcelas significativas da população do Sistema Financeiro Habitacional até então vigente. Os setores impossibilitados de celebrarem os contratos de financiamento, e que não dispõem de renda para sustentar o pagamento de aluguéis, obtêm sua habitação mediante a autoconstrução, o que pressupõe a aquisição prévia do terreno, formando assim um mercado específico.

Além disso, os planos populares de habitação implicam sua implantação nas regiões mais afastadas das áreas urbanizadas, para fugir dos preços elevados do terreno.

A periferização constitui, portanto, o resultado de uma organização particular do mercado imobiliário, estreitamente associada ao crescimento das cidades e à dinâmica de expansão da economia em seu conjunto.

A forma dominante de periferização é o crescimento da cidade mediante loteamentos, o que dificulta sobremaneira o planejamento urbano, no que se refere tanto aos planos diretores quanto aos de expansão. Os primeiros procuram dar unidade à construção da cidade, definindo usos e funções para que a atividade imobiliária possa atuar de forma ordenada, à medida que se constitui de empresas privadas independentes e em concorrência mútua. Por sua vez, os planos de expansão deveriam fixar, previamente, os usos a que se destinam os equipamentos e edificações, as tipologias construtivas e, a partir daí, a incorporação dos terrenos e seu parcelamento com prazos pré-fixados de ocupação. Isso esbarra no poder aquisitivo do

mercado e na estrutura do capital imobiliário, assentada na monopolização da propriedade da terra, que pode ser mantida ociosa ou ter sua ocupação implementada conforme a conjuntura. Como a necessidade de novas habitações é permanente, as terras desvalorizadas, distantes das áreas com infra-estrutura dotadas de benfeitoria, são incorporadas pelo setor imobiliário, a despeito dos grandes vazios existentes nas partes mais valorizadas.

A expansão por meio de loteamentos é a característica dominante das cidades no Brasil, fazendo da periferização a marca definidora da expansão urbana no País. Essa periferização pode estar ou não contrabalançada pelo crescimento industrial e do emprego. A distribuição espacial da indústria nas áreas metropolitanas pode estabelecer a distinção entre elas, conforme a dominância ou não do processo de periferização.

Para tanto, é possível operacionalizar três variáveis distintas: a distribuição espacial da indústria nas áreas metropolitanas, a existência de grandes empresas nos estados em que se situam as áreas metropolitanas bem como o número delas que pertence a grupos econômicos ou são empresas isoladas e, finalmente, o crescimento populacional nessas áreas.

Considerando, inicialmente, os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul, a participação das cidades-pólo no VTI das respectivas Regiões Metropolitanas - RM era, segundo o Censo de 1980, de 77,8% no Rio de Janeiro, 54,9% em São Paulo; 53,0% em Curitiba e 37,0% em Porto Alegre. A distribuição do VTI pelo conjunto dos municípios das RM, excluindo os pólos, se dava da seguinte forma: dos 13 municípios

da RMC, três eram responsáveis por 78,9% desse valor, sendo 57% de Araucária, dos municípios que compõem o Grande Rio, cinco detinham 86,9% do VTI; em São Paulo, cinco de 33 respondiam por 78,5% do VTI, em Porto Alegre, quatro de 15 detinham 56,0%.

Uma vez que a maioria da população dessas regiões se encontra nas cidades-pólo, sua elevada participação no VTI das respectivas áreas metropolitanas não constitui um indicador adequado quando tomado isoladamente. Uma outra medida é o que poderia ser considerado o grau de especialização desses municípios. Assim, em Araucária e Campo Largo, os dois maiores municípios da RMC em termos de VTI depois de Curitiba, o gênero Química era responsável por 94,4% do VTI no primeiro, e a Transformação de Minerais Não-Metálicos, por 78,9% no segundo. No Grande Rio, no segundo maior município industrial 58,6% do VTI era do gênero Química, e Material de Transportes gerava 60,8% no seguinte. Essa participação cai para 47,5% no maior caso em Porto Alegre e, em São Paulo, São Bernardo do Campo era o único caso de especialização, onde o gênero Material de Transporte detinha 49,4% do VTI.

Depara-se assim com uma situação bem diversificada entre essas quatro RM. São Paulo e Porto Alegre se destacam pela maior distribuição da indústria comparativamente às duas outras. Inegavelmente, a RM de São Paulo, por representar o pólo industrial do País, deve se apresentar não apenas como o local de concentração geográfica da indústria, mas como a região em que se dá o processo de desconcentração a partir da cidade-pólo, ou seja, as imediações de São Paulo e o seu interior

ainda são os locais privilegiados de implantação industrial. No caso de Porto Alegre, a descentralização industrial ocorre nos municípios que se situam ao longo do eixo rodoviário que liga essa capital ao restante do País.

As demais exemplificam uma situação que merece ser melhor qualificada. Como as áreas metropolitanas constituem um espaço com tendências à homogeneização, com a indústria se implantando nas periferias e a cidade-pólo concentrando o alto nível de gerência, ocorre, na maioria dos casos, a dominância do processo de periferização, caracterizado pelas cidades-dormitórios.

No que se refere às empresas e aos grandes grupos econômicos, constata-se a partir da publicação *Quem é Quem na Economia Brasileira*, de 1986, que os nove estados, nos quais estão as RM legalmente definidas, contavam com 3.406 empresas da Indústria de Transformação das 4.407 registradas, das quais 1.275 pertencem a grupos econômicos, ou seja, 37,7% são empresas vinculadas e 2.131, empresas isoladas.

A análise da distribuição dessas empresas fornece uma aproximação do critério definidor de uma Região Metropolitana, ou seja, a presença, na cidade-pólo, da alta administração financeira, representada pelos grupos econômicos que investem em número variado de plantas industriais e em vários setores de produção. Os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais sediam 78,7% das maiores empresas da Indústria de Transformação, sendo que 48,8% estão em São Paulo. O mesmo acontece com as empresas vinculadas a grupos econômicos, pois 78,4% delas encontram-se nesses estados, havendo,

entretanto, o aumento da participação do Rio de Janeiro, em detrimento de Minas Gerais e Rio Grande do Sul (tabela 8).

Naturalmente, essas informações não são suficientes para uma conclusão definitiva, pois não esclarecem a origem do grupo nem o número de estabelecimentos de uma empresa isolada, o que, conforme o caso, pode implicar uma administração em grande escala e altamente centralizada. No que se refere à origem dos grupos, muito provavelmente sua identificação reforçaria o papel centralizador de São Paulo e do Rio de Janeiro.

TABELA 8 - MAIORES EMPRESAS INDUSTRIAIS SEGUNDO ESTADOS ONDE SE LOCALIZAM AS RM - 1986

(Em %)

ESTADOS	MAIORES EMPRESAS LIGADAS A	
	MAIORES EMPRESAS	GRUPOS ECONOMICOS
Para	2,00	2,12
Ceara	4,20	3,37
Pernambuco	5,23	6,27
Bahia	4,82	6,04
Rio de Janeiro	11,89	13,25
Minas Gerais	7,55	6,90
Sao Paulo	48,85	48,71
Parana	5,11	3,92
Rio Grande do Sul	10,36	9,57
TOTAL	100,00	100,00

FONTE: VISAO. Quem e Quem na Economia Brasileira. Sao Paulo, v.35, n.35-A, ago. 1986

A distribuição dessas empresas e seu sistema de vinculação econômico-financeira corroboram as observações anteriores quanto à necessidade de qualificar o conceito de área me-

tropolitana, quando aplicado ao processo de urbanização no Brasil.

Finalmente, o crescimento populacional nos municípios dessas áreas metropolitanas dão um quadro definitivo do processo de periferização, que para Cavalcanti Bezerra et alii é entendido como o crescimento populacional que ocorre fora do distrito-sede da cidade central da área metropolitana.

Os autores acima separam as áreas metropolitanas pelo padrão espacial de crescimento em: semicircular, caracterizando o crescimento periférico de Belém, Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte e Rio de Janeiro; circular para o caso de São Paulo e Curitiba; e crescimento ao longo de eixos a partir da cidade central, exemplificado por Recife e Porto Alegre.

Nos casos das metrópoles com padrão circular de crescimento (São Paulo e Curitiba), as taxas anuais de crescimento no período 1970-80, dos distritos localizados em torno dos respectivos distritos-sede, são apresentadas na tabela 9. Observa-se que o crescimento dos distritos da área metropolitana de Curitiba é nitidamente superior ao dos distritos da Grande São Paulo, mas ambas possuem elevados índices de crescimento em nada comparáveis ao da população do País.

Não há grande distinção entre essas taxas de crescimento e aquelas verificadas para as áreas metropolitanas de padrão semicircular de crescimento (tabela 10).

TABELA 9 - DISTRITOS COM ALTAS TAXAS DE CRESCIMENTO NAS ÁREAS METROPOLITANAS DE SÃO PAULO E CURITIBA-1980

ÁREA METROPOLITANA	MUNICÍPIO	DISTRITO	TAXA DE CRESCIMENTO (%)
São Paulo	Carapicuíba	Carapicuíba	238
	Embu	Embu	427
	São Paulo	Guaiianazes	101
	São Paulo	Itaquera	119
	São Paulo	Jaraguá	143
	São Paulo	Parelheiros	120
	Barueri	Barueri	105
	Barueri	Jardim Silveira	114
	Cotia	Cotia	123
	Diadema	Diadema	190
	Embu-Guaçu	Embu-guaçu	104
	Ferraz de Vasconcelos	Ferraz de Vasconcelos	118
	Guarulhos	Guarulhos	125
	Itapeverica da Serra	Itapeverica da Serra	156
	Itaquaquecetuba	Itaquaquecetuba	150
	Jandira	Jandira	108
	Mauá	Mauá	102
	Ribeirão Pires	Ribeirão Pires	97
	São Bernardo do Campo	São Bernardo do Campo	112
	Taboão da Serra	Taboão da Serra	138
Curitiba	Colombo	Colombo	227
	Piraquara	Pinhais	343
	Piraquara	Piraquara	165
	Curitiba	Campo Comprido	145
	Curitiba	Santa Felicidade	157
	Curitiba	Tatuquara	173
	Almirante Tamandare	Almirante Tamandare	170
	Araucária	Araucária	120
	Campo Largo	Ferraria	125
	São José dos Pinhais	São José dos Pinhais	134

FONTE: BEZERRA, Vera Maria C. Periferização urbana no Brasil: um projeto de estudo nas áreas metropolitanas. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 45 (1): 55-56, jan./mar. 1983

O padrão de crescimento caracterizado por eixos é exemplificado por Recife e Porto Alegre. A primeira possui um setor de crescimento ao Norte e outro ao Sul do distrito-sede, acompanhando a orla marítima, enquanto Porto Alegre tem seu setor de crescimento à noroeste, seguindo a ligação rodoviária. Essas duas metrópoles apresentam taxas de crescimento bastante diferenciadas (tabela 11).

Nota-se que os distritos de maiores taxas de crescimento constituem pontos geográficos nas proximidades da cidade-central ou do seu distrito-sede, mas nem por isso definem um padrão de crescimento normal, pois para cada uma dessas

TABELA 10 - DISTRITOS COM ALTAS TAXAS DE CRESCIMENTO NAS REGIOES METROPOLITANAS COM PADRAO SEMICIRCULAR DE CRESCIMENTO - 1980

AREA METROPOLITANA	MUNICIPIO	DISTRITO	TAXA DE CRESCIMENTO (%)
Belem	Belem	Val-de-Cas	292
	Belem	Icoaraci	119
	Ananindeua	Ananindeua	192
Fortaleza	Fortaleza	Mondubim	202
	Fortaleza	Messejana	140
	Fortaleza	Antonio Bezerra	102
	Caucaia	Caucaia	125
	Maranguape	Maracanau	143
Salvador	Lauro de Freitas	Lauro de Freitas	251
	Camacari	Camacari	263
	Camacari	Abrantes	95
	Camacari	Dias D'Avila	117
	Simoes Filho	Simoes Filho	98
Belo Horizonte	Contagem	Contagem	271
	Contagem	Parque Industrial	107
	Ribeirao das Neves	Justinopolis	1007
	Ribeirao das Neves	Ribeirao das Neves	185
	Santa Luzia	Sao Benedito	343
	Belo Horizonte	Venda Nova	167
	Betim	Betim	123
	Ibirite	Ibirite	124
	Pedro Leopoldo	Doutor Lund	145
	Vespasiano	Vespasiano	102
Rio de Janeiro	Itaboraí	Itambi	206
	Sao Goncalo	Monjolo	106
	Nage	Guia de Pacobaiba	118

FONTE: BEZERRA, P.55

TABELA 11 - DISTRITOS COM ALTAS TAXAS DE CRESCIMENTO NAS REGIOES METROPOLITANAS DE PORTO ALEGRE E RECIFE - 1980

AREA METROPOLITANA	MUNICIPIO	DISTRITO	TAXA DE CRESCIMENTO (%)
Recife	Paulista	Navarro	300
	Paulista	Praia da Conceicao	690
	Jaboatao	Muribeca das Guararapes	93
Porto Alegre	Cachoeirinha	Cachoeirinha	104
	Gravatá	Gravatá	106
	Gravatá	Banabé	135
	Gravatá	Ipiranga	145
	Sapucaia do Sul	Sapucaia do Sul	90
	Campo Bom	Campo Bom	104
	Sapiranga	Sapiranga	142
	Sapiranga	Picada Hartz	108
	Alvorada	Alvorada	129

FONTE: BEZERRA, p.57

áreas metropolitanas apresentam-se taxas bem menores e, inclusive, negativas: três distritos do município de Caucaia, em Fortaleza; um distrito de São Francisco do Conde, em Salvador; dois distritos de Sabará, em Belo Horizonte; um distrito de Itaboraí, no Rio de Janeiro; um distrito de Contenda e outro de Araucária, em Curitiba; dois distritos de Cabo e dois de Igarassu, em Recife; três distritos de Viamão e dois de Gravataí em Porto Alegre.

Além desses com taxas negativas, dentre os distritos com taxas de crescimento reduzidas, 11 tiveram crescimento entre 2% e 9%, 15, entre 10% e 20%, e os 16 restantes apresentaram taxas superiores a 20%.

Conclui-se, então, que o fenômeno metropolitano no Brasil é marcado fortemente pelo processo de periferização e que esse é dominante nas metrópoles regionais, como no caso da Região Metropolitana de Curitiba. Não é, porém, exclusivo dessas áreas urbanas, pois constitui parte intrínseca do crescimento das cidades, quando condicionado pela ação do capital imobiliário voltado para a valorização do solo urbano.

A discussão desenvolvida até aqui permitiu mostrar que o crescimento urbano é inerente às sociedades industriais, sendo, portanto, um processo irreversível, com características particulares nas situações históricas concretas. Dentre essas características, destacou-se o comportamento populacional nas áreas de expansão da agropecuária e os traços mais específicos da rede urbana.

Na análise da expansão física das cidades cujas áreas metropolitanas foram escolhidas como unidade de estudo, pro-

curou-se mostrar que as formações metropolitanas são dominadas pela periferização, distanciando-se dessa forma, da conceituação inicial de áreas metropolitanas.

Cada uma dessas conclusões será a referência básica para a análise do caso paranaense, na intenção de mostrar como se concretizou o processo de urbanização nessa região específica.

3 A EXPERIENCIA PARANAENSE

O processo de urbanização do Paraná é um aspecto do crescimento geral das cidades do Brasil. Sua especificidade decorre de ter sido até recentemente uma área de expansão da fronteira agrícola. Por esse motivo, grande parte de seu território foi ocupado por excedentes populacionais provenientes de outras regiões, que procuravam reconstruir no Paraná as antigas formas de produção e relações de trabalho. O Sudoeste e Extremo-Oeste paranaenses foram ocupados por uma agropecuária dirigida por pequenos e médios produtores oriundos do sul do País, e o Norte, pela expansão cafeeira, que se prolongou para além dos limites do Estado de São Paulo. As áreas centrais e litorâneas do Estado, que configuravam o Paraná Tradicional, encontravam-se incorporadas a um sistema agromercantil e exportador constituído em torno da exploração da erva-mate, ao qual veio se incorporar, posteriormente, a exploração da madeira, enquanto se desenvolvia a pecuária nas regiões dos campos. Caracterizava-se, então, uma economia relativamente segmentada em unidades aparentemente autáquicas.

A Região Norte, com a ocupação dirigida pela expansão agromercantil do café, estabeleceu estreitos laços de união com o pólo dessa economia, localizado no Estado de São Paulo. O Paraná Tradicional, vinculado ao complexo agromercantil estabelecido em Curitiba, constituía o único sistema sócio-econômico inteiramente organizado nas fronteiras políticas do

Estado. A Região Oeste, inserida de forma intermitente nas relações mercantis dominantes, não estabelecia vínculos mais duradouros com os demais sistemas, permanecendo relativamente enquistada entre eles.

A diferença consagrada entre o Paraná Tradicional e o restante do Estado praticamente desaparece em virtude da generalização do processo da agropecuária pelo território a partir de 1970.

O movimento populacional no Paraná acompanha de perto as tendências dominantes no Brasil. Encerrado o processo de ocupação, as grandes transformações internas vão levar a economia e a sociedade, assim como a organização do território, a um novo patamar de desenvolvimento, cujas características básicas são a crescente dominância do setor secundário na geração da renda interna, a diferenciação na rede urbana e seu adensamento. No período 1970-80, forma-se o complexo agroindustrial, imprimindo novos padrões de crescimento à agropecuária, e expande-se o setor metal-mecânico, dando início ao desenvolvimento de alguns efeitos de concentração ainda incipientes.

A tendência declinante das taxas anuais de crescimento da população urbana no Brasil nesses 30 anos se reflete também no Paraná. Este diferencia-se, porém, no que se refere à taxa anual de crescimento da população total, em virtude da imigração típica das áreas de fronteira. Duas observações anteriores a respeito dessas áreas cabem de imediato no caso do Paraná: a incapacidade de a fronteira manter por muito tempo um con-

tingente populacional elevado e a urbanização relativamente acelerada que acompanha a ocupação dessas áreas.

Assim, durante o período 1950-80, a população do Paraná registrou um crescimento absoluto da ordem de 5.514 mil pessoas. Enquanto a população brasileira crescia 2,3 vezes, a do Paraná crescia 3,6 vezes (já os números para a população urbana são, respectivamente, 4,4 e 8,5).

A população rural sofreu maior incremento na década de 50 quando houve, também, urbanização mais intensa. A população rural aumentou em 86% e a urbana, em 148,3%; a taxa de urbanização passou de 25,0% para 30,8%. Na década seguinte, ocorreu uma redução geral nos níveis de crescimento, em que o número de habitantes rurais aumentou em 49,9% e dos residentes urbanos, em 91,0%; a taxa de urbanização passa para 36,1%.

Em 1970, inicia-se uma época totalmente nova para a dinâmica populacional do Estado. Ao esgotamento da capacidade de incorporação de novos contingentes populacionais no meio rural, seguem-se profundas mudanças na estrutura de produção e no sistema de comercialização da agropecuária, que levam ao esvaziamento populacional do campo. O número de residentes na área rural se reduz em 28,6% e o da população urbana aumenta em 78,7%, a menor variação nas três décadas consideradas. A taxa de urbanização supera os 58%.

Houve uma redução no número de pessoas residentes no campo em 236 municípios paranaenses, dos quais 169 pertenciam à Região Norte, que contava, à época, com 173 municípios. Assim, 83% dos municípios aí existentes em 1970 perderam população rural.

Além da Região Norte houve um esvaziamento de grande magnitude no Extremo-Oeste Paranaense, onde 11 dos 19 municípios perderam população rural. Essas duas regiões, que continham 70% da população rural - o Norte com 2.523 mil pessoas e o Extremo-Oeste com 603 mil - responderam por 98% da redução durante a década.

Em termos mais precisos, a perda de população rural, caracterizada pelo saldo migratório,* foi da ordem de 2.647 mil pessoas, representando uma taxa líquida de migração (negativa) em torno de 83%. Nenhuma microrregião do Estado deixou de perder população rural nesse período, variando a taxa líquida de migração de um mínimo de 9,8%, em Pitanga, a um máximo de 223%, em Maringá.**

Como as cidades, apesar do seu crescimento, não conseguiram absorver esse contingente em uma escala adequada, cerca de 1.167 mil pessoas teriam deixado o Estado, em que pese o saldo migratório líquido urbano de 1.355 mil pessoas. Assim, com exceção das microrregiões de Curitiba, Campos de Ponta Grossa e Campos de Guarapuava, todas as demais apresentaram taxas líquidas de migração negativas (tabela 12).

*O saldo migratório constitui um resultado líquido dos movimentos de entrada e de saída da população de uma determinada região, agregado para toda uma década. Para estimá-lo, adota-se a hipótese de que a população intercensitária da região em estudo seja fechada à imigração. Nesse caso, dados dois censos, a população esperada no segundo censo será a população sobrevivente do primeiro, acrescida dos sobreviventes dos nascimentos ocorridos no intervalo entre os dois censos. A diferença entre a população observada no segundo censo e a população esperada será o saldo migratório.

**A Taxa Líquida de Migração - TLM - é o resultado da divisão do saldo migratório pela população observada no segundo censo. Caso a taxa seja positiva, representa que proporção da população observada no segundo Censo é resultante do processo migratório. Sendo essa taxa negativa, estabelece-se em que proporção a população observada será acrescida na ausência de migração.

TABELA 12 - ESTIMATIVAS DOS SALDOS MIGRATORIOS RURAL E URBANO, SEGUNDO AS MICRORREGIOES - 1970-80

MICRORREGIAO	URBANO	RURAL	TOTAL
Curitiba	543.687	(89.628)	466.285
Litoral Paranaense	3.272	(12.088)	(16.404)
Alto Ribeira	123	(9.567)	(8.938)
Alto Rio Negro Paranaense	52	(6.669)	(6.217)
Campos da Lapa	2.808	(8.126)	(4.474)
Campos de Ponta Grossa	57.369	(21.282)	39.848
Campos de Jaguariaiva	3.681	(8.455)	(4.329)
Sao Mateus do Sul	4.510	(12.604)	(7.507)
Colonial de Irati	6.621	(21.815)	(13.862)
Alto Ivai	4.752	(13.772)	(7.604)
Norte Velho de Wenceslau Braz	8.556	(81.301)	(69.562)
Norte Velho de Jacarezinho	4.065	(200.350)	(202.652)
Algodoeira de Assai	(1.119)	(67.872)	(66.715)
Norte Novo de Londrina	118.026	(279.688)	(149.121)
Norte Novo de Maringa	58.757	(149.148)	(84.870)
Norte Novissimo de Paranavai	9.061	(162.698)	(147.572)
Norte Novo de Apucarana	24.885	(252.063)	(218.855)
Norte Novissimo de Umuarama	20.074	(398.543)	(367.426)
Campo Mourao	36.336	(332.535)	(286.940)
Pitanga	6.302	(11.588)	(3.751)
Extremo Oeste Paranaense	290.840	(321.910)	(18.739)
Sudoeste Paranaense	64.295	(98.232)	(66.728)
Campos de Guarapuava	69.274	(20.685)	51.627
Medio Iguacu	17.167	(23.457)	(4.190)
Parana	1.355.078	(2.646.690)	1.167.678

FONTE: IPARDES-FUNDACAO EDISON VIEIRA, As migrações e a transformação de estrutura produtiva e fundiária do Parana. Curitiba, 1983

Apenas uma microrregião, Algodoeira do Assaí, não registrou saldo migratório positivo para as áreas urbanas. Os saldos migratórios foram mais significativos nas regiões em que se localizam as grandes cidades, cujo crescimento mudou a estrutura urbana do Estado.

A população urbana, em 1970, distribuía-se entre 658 centros (sedes municipais e distritais), dos quais 14 tinham uma população superior a 10 mil habitantes, totalizando 1.698 mil pessoas, isto é, 67,8% da população urbana. Em 1980, o número de centros urbanos havia se elevado para 698, sendo que 69 possuíam mais de 10 mil habitantes, abrigando uma população

de 3.377 mil pessoas, o que correspondia a 75,5% da população urbana. Havia, em 1970, apenas dois centros com mais de 100.000 habitantes, com uma população total de 750 mil pessoas aproximadamente; esses números aumentam para cinco centros, em 1980, e a população residente aumenta de 973 mil para 1.714 mil pessoas. Os centros na faixa de 100 mil habitantes responderam por um acréscimo de 795.247 pessoas, correspondendo a 40,4% do crescimento da população urbana, que foi de 1.969 mil pessoas (tabela 13).

TABELA 13 - NÚMERO DE CENTROS E POPULAÇÃO URBANA, SEGUNDO O TAMANHO DOS CENTROS, NO PARANÁ - 1970-80

ESTRATO DE TAMANHO	1970		1980	
	N. de Centros	População	N. de Centros	População
Menos de 2.000	488	286.578	441	278.583
2.000 a 5.000	90	290.223	125	382.744
5.000 a 10.000	36	249.412	63	435.103
10.000 a 30.000	34	552.718	47	799.302
30.000 a 50.000	5	189.288	10	391.236
50.000 a 100.000	3	195.326	7	472.777
100.000 a 300.000	1	156.352	4	687.817
300.000 a 500.000	-	-	-	-
500.000 e mais	1	584.481	1	1.025.979
TOTAL	658	2.504.378	698	4.473.541

FONTE: IPARDES-FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Nova configuração espacial do Paraná. Curitiba, 1983. p.44.

Em 1970, 45% da população urbana do Estado residia nos dez maiores centros, sendo mais da metade em Curitiba. Dos dez maiores centros urbanos, apenas cinco tinham população superior a 50 mil habitantes, representando 83,2% das pessoas residentes nessas localidades (tabela 14).

TABELA 14 - POPULAÇÃO RESIDENTE NOS DEZ MAIORES CENTROS DO PARANÁ - 1980

CENTRO URBANO	POPULAÇÃO	PARTICIPAÇÃO RELATIVA	PARTICIPAÇÃO RELATIVA (TOTAL DO ESTADO)
Curitiba	584.481	51,93	23,34
Londrina	156.352	13,89	6,24
Ponta Grossa	92.285	8,20	3,68
Maringá	51.579	4,58	2,06
Paranaguá	51.462	4,57	2,05
Apucarana	41.813	3,72	1,67
Guarapuava	39.535	3,51	1,58
Paranavá	37.478	3,33	1,50
Arapongas	36.609	3,25	1,46
Cascavel	33.852	3,01	1,35
TOTAL	1.125.446	100,00	44,95

FONTE: Censo Demográfico - IBGE

Com as mudanças da década, a participação do número de moradores nesses centros, no total do Estado, permanece praticamente idêntica, aumentando apenas em 1,5 pontos percentuais. A relação das dez maiores cidades também é a mesma, com exceção de Foz do Iguaçu, que ocupa o lugar de Arapongas,* o que mostra a gradativa estabilização da rede urbana. As modificações passam a ocorrer no interior dessa relação; Curitiba e Londrina têm sua participação reduzida, aumentando a dos centros intermediários. As cinco maiores cidades também diminuem sua cota de 83,1% para 80,5%. O tamanho médio desses centros aumenta significativamente, pois essas cinco cidades possuem população urbana superior a 100 mil habitantes e, nenhuma das dez maiores cidades tem menos de 50 mil habitantes (tabela 15).

*Essa relação sofreria uma modificação adicional se nela fosse incluído São José dos Pinhais, com 56.786 habitantes. Esse centro, estando na RMC, não foi considerado.

TABELA 15 - POPULAÇÃO RESIDENTE NOS DEZ MAIORES CENTROS DO PARANÁ - 1980

CENTRO URBANO	POPULAÇÃO	PARTICIPAÇÃO RELATIVA	PARTICIPAÇÃO RELATIVA (TOTAL DO ESTADO)
Curitiba	1.025.979	49,41	22,93
Londrina	258.854	12,43	5,77
Ponta Grossa	171.365	8,25	3,83
Maringá	158.047	7,61	3,53
Cascavel	100.351	4,83	2,24
Foz do Iguaçu	93.619	4,51	2,09
Guarapuava	81.304	3,92	1,82
Paranaguá	71.173	3,43	1,59
Apucarana	63.733	3,07	1,42
Paranavai	52.654	2,54	1,18
TOTAL	2.076.279	100,00	46,40

FONTE: Censo Demográfico, Tabulações Avançadas - IBGE

Além da gradativa estabilização da rede urbana verificada na década, há que se considerar o aglomerado urbano Metrônor. As taxas anuais de crescimento da população urbana apresentaram variações de monta de um centro para outro, sendo inferiores à do Estado como um todo, na maioria dos casos. As exceções são os municípios limítrofes dos dois grandes pólos, Cambé e Sarandi, e a própria cidade-pólo Maringá, o que permite concluir que a periferização, como fator dominante nas formações metropolitanas, está condicionada ao crescimento daquela região (tabela 16).

TABELA 16 - TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA DOS CENTROS DO METRÔNOR-1970-1980

CENTROS URBANOS	TAXA GEOMETRICA
Londrina	5,14
Cambé	12,81
Rolândia	2,66
Arapongas	2,79
Apucarana	4,31
Cambira	3,14
Jandaia do Sul	1,97
Mandaguari	2,52
Marialva	4,39
Sarandi	25,21
Maringá	11,85

FONTE: Censo Demográfico, Tabulações Avançadas-IBGE; IPARDES

O fenômeno metropolitano manifesta-se no processo de urbanização regional, caracterizando-se por incrementos populacionais extremamente elevados quando comparados com o do Estado e o da própria cidade-pólo da área metropolitana. Dessa forma, enquanto o incremento populacional urbano do Estado foi da ordem de 78,7% e o da cidade de Curitiba, de 75,1%, alguns municípios da RMC apresentaram crescimentos incomparavelmente maiores do que esses (tabela 17).

folha 20

TABELA 17 - CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA DE ALGUNS MUNICÍPIOS PRÓXIMOS A CIDADE-NUCLEO DA RMC - 1970-1980

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO URBANA		
	1970	1980	%
Almirante Tamandare	4.288	27.110	532,2
Araucaria	5.473	27.165	396,4
Campina Grande do Sul	319	3.786	1.086,8
Campos Largo	15.927	37.427	135,0
Colombo	1.092	54.981	4.934,9
Piraquara	12.113	60.852	402,4
Quatro Barras	1.105	3.499	211,0
Sao Jose dos Pinhais	21.475	56.786	164,4

FONTE: IPARDES, FUNDACAO EDISON VIEIRA Nova ...
P.116

A RMC, com esse crescimento, conseguiu apresentar um saldo migratório da ordem de 543 mil pessoas nas suas áreas urbanas, tornando-se responsável por 40,1% do saldo migratório urbano do Paraná.

A integração territorial do Estado foi uma das consequências das transformações por que passaram economia e sociedade paranaenses na última década.

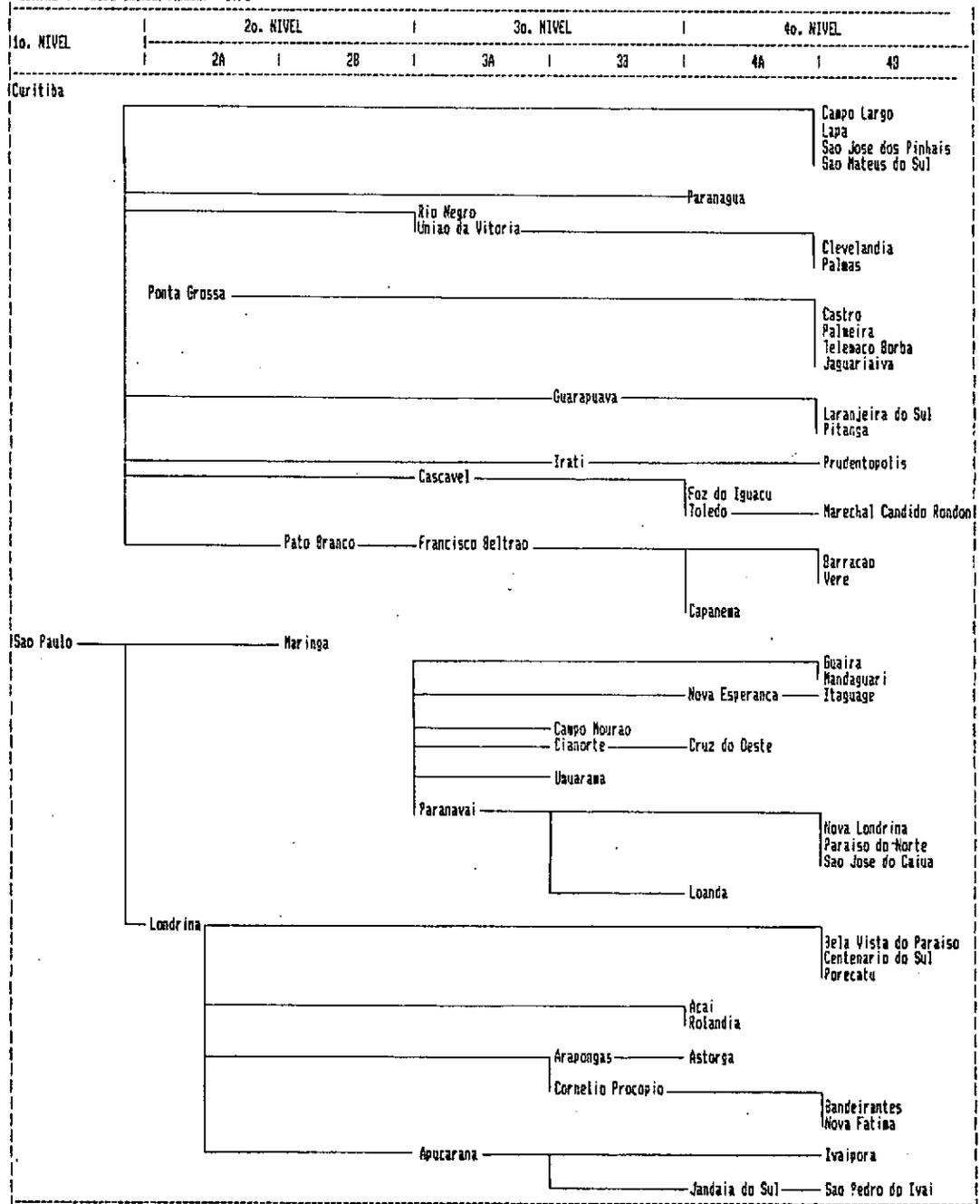
A rede urbana, que atuava como o "suporte" desses sistemas, começa a se integrar a partir do final dos anos 60, quando tem início um programa rodoviário de grande alcance no Estado. Como os sistemas urbanos possuem uma durabilidade maior do que os grandes ciclos econômicos, a segmentação da rede ainda estava presente no início da década seguinte, o que foi constatado pelos primeiros estudos que deram origem à publicação *Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas*, versão de 1973. Essa rede era nitidamente bipartida, com um segmento polarizado por São Paulo e outro, por Curitiba (quadro 4).

Com as transformações ocorridas na década, houve maior integração territorial, unificando-se e adensando-se a rede urbana polarizada por Curitiba, com os diferentes níveis hierárquicos sendo preenchidos por um número maior de centros. A versão de 1980 da *Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas* constata a ampliação do nível de centralidade de Curitiba, praticamente, para todo o Estado. Essa nova situação encontra-se exposta a seguir, sem a inclusão dos centros de Santa Catarina e de quatro municípios de Mato Grosso do Sul (quadro 5).

Com a integração da rede urbana regional, Curitiba assume um papel polarizador mais abrangente e, ao mesmo tempo, uma situação de destaque no sistema metropolitano brasileiro, como uma das grandes metrópoles regionais do País, dividindo com Porto Alegre essa função na Região Sul, e tendo na sua área de influência, o nordeste industrial do Estado de Santa Catarina.

Além disso, na área polarizada por Curitiba, ainda nos

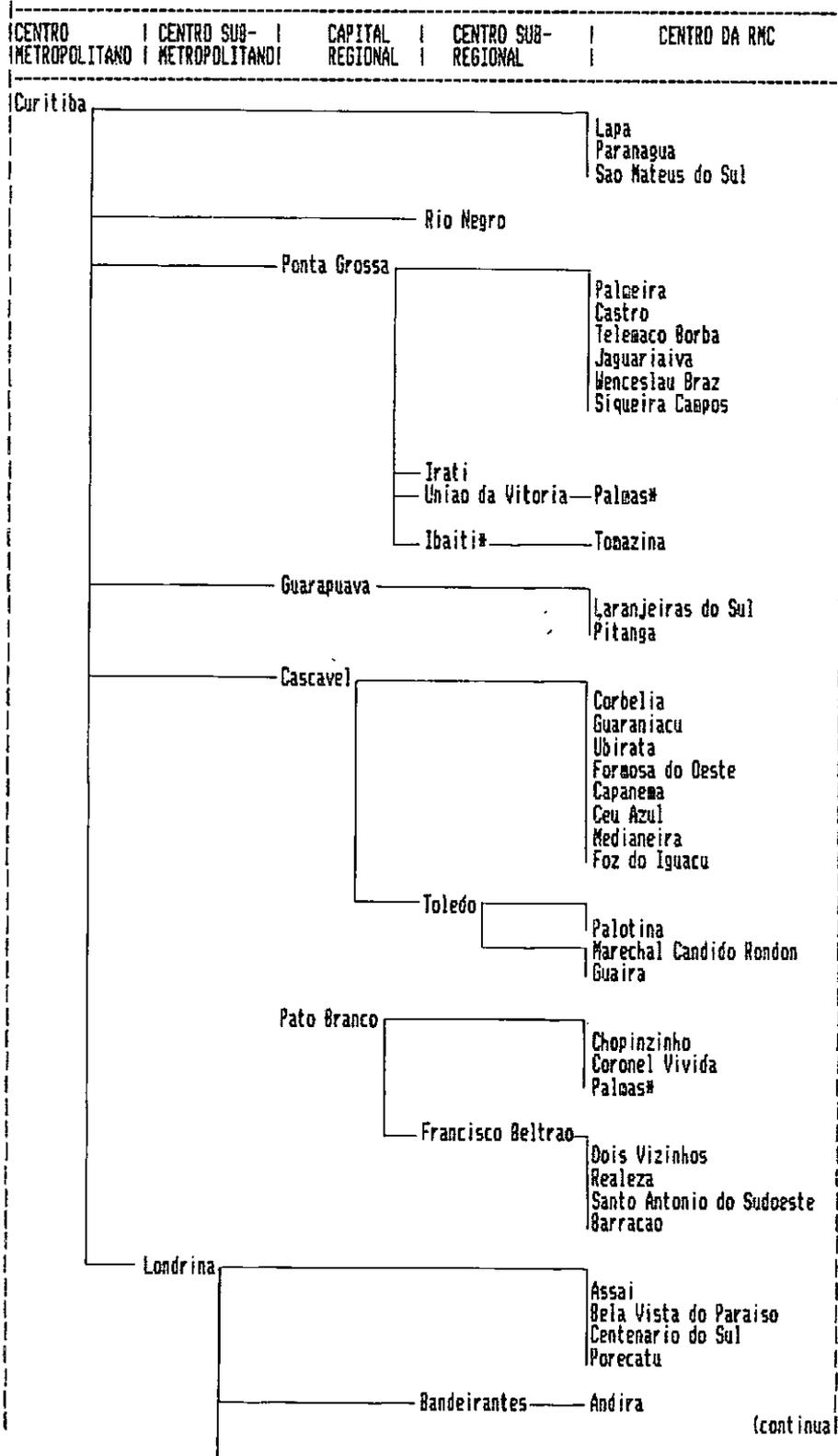
QUADRO 4 - REDE URBANA PARANA - 1973*



FBNTE: FUNDAÇÃO IBGE. Divisão do Brasil em Regiões Funcionais urbanas, Rio de Janeiro, 1982. Mimeografado

*Não estão incluídos os centros de Santa Catarina polarizados por Curitiba, entre os quais se encontram as cidades industriais do nordeste daquele Estado, e nem os centros sem qualquer centralidade

QUADRO 5 - REDE URBANA DO PARANA - 1980



(continua)

(conclusão)

CENTRO METROPOLITANO	CENTRO SUB-METROPOLITANO	CAPITAL REGIONAL	CENTRO SUB-REGIONAL	CENTRO DA RMC
	Jacarezinho			Cambará Ribeirão Claro
	Santo Antonio da Platina			Joaquim Tavora Siqueira Campos* Wenceslau Braz
	Cornelio Procopio			Nova Fátima Ribeirão do Pinhal
	Rolandia			Faxinal
Apucarana	Jandaia do Sul Arapongas			Astorga* Astorga*
Maringá	Nova Esperança Cianorte			Rondon* Cidade Gaúcha*
	Goio-Ere			Moreira Sales
	Campo Mourão			Marbore Engenheiro Beltrão Peabiru Campina da Lagoa Ubiratã Forquilha do Oeste
Paranavai				Paranacity Terra Rica Nova Londrina Cidade Gaúcha* Rondon*
	Loanda			Santa Cruz do Monte Castelo
Uauarama				Cruzeiro do Oeste Cidade Gaúcha* Ipora Perola Guaira

FONTE: FUNDAÇÃO IBGE, Divisão ...

*Centros com mais de uma polarização

limites do Estado, estão dois grandes centros nacionais (Londrina e Maringá), cujas características particulares distinguem-se das dos demais, pois integram os níveis superiores da rede urbana brasileira, onde são mais intensas as inter-relações sócio-econômicas.

Essas inter-relações são mais intensas entre alguns municípios do que entre outros, o que pode ser verificado mediante o número de passageiros de ônibus nas ligações interurbanas. Considerando as 100 maiores ligações ocorridas em 1986, em que cada uma representa um par de cidades, figuram nelas cerca de 87 cidades. Curitiba, Londrina e Maringá quadro figuram em 51 ligações, a primeira com 23 e as outras duas com 14 cada uma. Das 23 maiores ligações de Curitiba, nove são com cidades da RMC e, entre essas, há apenas duas ligações, mostrando que as interações dominantes são entre essas cidades e a cidade-pólo. Inversamente, no aglomerado urbano Londrina-Maringá, as ligações internas são em torno de 20, das quais a metade entre as duas cidades e os demais municípios do aglomerado, ou seja, a metade das ligações se dá à margem dos dois grandes pólos.

Com as mil maiores ligações e o fluxo de passageiros entre as dez maiores cidades, observa-se, mais uma vez, as diferenças de intensidade nas inter-relações. As relações dominantes se dão no grupo Ponta Grossa-Curitiba e Paranaguá-Curitiba, não havendo nenhuma relação de Paranaguá com as demais cidades e nem de Ponta Grossa com boa parte desses centros. Assim, pode-se pensar num segmento urbano, com alto nível de interação, formado por Ponta Grossa-Curitiba-

Paranaguá. Londrina, Maringá e Apucarana formam um segundo grupo, centrado em Londrina e, finalmente, um terceiro grupo é constituído por Cascavel-Foz do Iguaçu e Maringá-Paranavaí (quadro 6).

QUADRO 6 - ORIGEM E DESTINO DOS FLUXOS DE PASSAGEIROS ENTRE AS DEZ MAIORES CIDADES DO PARANÁ - 1986

ORIGEM	DESTINO									
	Curitiba	Londrina	Ponta Grossa	Maringá	Cascavel	Foz do Iguaçu	Guarapuava	Paranaguá	Apucarana	Paranavaí
Curitiba	x	141.027	360.497	102.999	86.640	109.891	95.907	378.438	44.094	26.0861
Londrina	139.942	x	8.516	173.502	27.016	67.364	-	-	141.193	18.9411
Ponta Grossa	351.267	9.719	x	8.061	13.997	-	44.211	-	8.221	-
Maringá	109.091	161.280	8.965	x	30.780	30.451	-	-	73.871	60.7271
Cascavel	79.453	26.897	11.918	31.401	x	181.124	16.769	-	2.928	-
Foz do Iguaçu	108.433	68.405	-	30.467	170.466	x	7.477	-	3.901	2.5441
Guarapuava	93.582	-	44.227	-	17.850	7.183	x	-	-	-
Paranaguá	371.482	-	-	-	-	-	-	x	-	-
Apucarana	38.249	137.789	6.380	67.987	2.809	4.379	-	-	x	3.3631
Paranavaí	27.661	18.101	-	102.527	-	2.624	-	-	3.075	-

FONTE: SETR-DSTC

Os fluxos de passageiros indicam algumas diferenças básicas entre os aglomerados urbanos da RMC e o do Metronor. Com base nas mil maiores ligações, novamente as relações na RMC se dão quase que exclusivamente com a cidade-pólo, sendo desprezíveis aquelas dos demais centros entre si. Ao contrário, no aglomerado Londrina-Maringá, a maioria das cidades está bastante relacionada.

Na RMC as relações mais intensas ocorrem entre Curitiba e as quatro cidades limítrofes de maior tamanho populacional (São José dos Pinhais, Colombo, Piraquara, Almirante Tamandaré), expressando o processo de periferização. Dos outros quatro municípios, cujas ligações com a cidade-pólo são igual-

mente importantes, dois (Camp. 48) representam a extensão do processo de periferização ao longo da BR-116, associado ao crescimento de Piraquara, ou o prolongamento do mesmo processo a partir de municípios limítrofes. Os dois restantes (Campo Largo e Araucária), ainda que limítrofes, apresentam algumas características próprias de crescimento devido à sua estrutura industrial (quadro 7).

No aglomerado urbano Londrina-Maringá, não obstante as fortes inter-relações existentes entre os municípios constituintes, sobressaem aquelas que se dão em torno das duas cidades. Apesar de Apucarana apresentar relações intensas com o seu entorno imediato, é possível destacar dois segmentos distintos: uma parte centrada em Londrina e outra, em Maringá (quadro 8).

A partir dessa segmentação, pode-se visualizar duas situações representadas pela centralidade exercida por Londrina e por Maringá. No caso de Londrina, verifica-se um padrão de relacionamento com Ibiporã e Cambé, que só encontra paralelo na RMC (quadro 9).

O mesmo pode ser dito do segundo segmento, no qual a intensidade dos fluxos é maior nas proximidades de Maringá. O padrão de relacionamento entre Maringá e Sarandi, por exemplo, equivale aos maiores da RMC (quadro 10).

Esses dados, acrescidos das observações anteriores, relativas ao crescimento da população urbana do eixo Metronor, permitem ficar uma diferença nesse sistema urbano. Londrina e Maringá, independentemente, formam unidades "autônomas", cada

QUADRO 7 - ORIGEM E DESTINO DOS FLUXOS DE PASSAGEIROS NA RMC - 1986

ORIGEM	DESTINO						
	Curitiba	Sao Jose dos Pinhais	Colombo	Piraquara	Campo Largo	Araucaria	Alairante Tamandare
Curitiba	x	1.382.560	1.265.281	761.794	517.794	376.319	228.366
Sao Jose dos Pinhais	1.466.154						
Colombo	1.203.960						
Piraquara	739.026						
Campo Largo	507.500						
Araucaria	375.497						
Alairante Tamandare	243.501						
Campina Grande do Sul	15.747						
Quatro Barras	297.978			3.600			
Rio Branco do Sul	334.690						73.241
Balsa Nova	-				38.389		
Contenda	22.535					79.575	
Mandirituba	41.664						
Bocaiuva do Sul	27.442						

FONTE: SETR-DSTC

(continua)

(conclusao)

ORIGEM	DESTINO						
	Campina Grande do Sul	Quatro Barras	Rio Branco do Sul	Balsa Nova	Contenda	Mandirituba	Bocaiuva do Sul
Curitiba	13.909	305.389	367.236	-	27.366	41.797	29.993
Sao Jose dos Pinhais							
Colombo							
Piraquara		3.606					
Campo Largo				40.524			
Araucaria					80.009		
Alairante Tamandare			75.057				
Campina Grande do Sul		19.225					
Quatro Barras							
Rio Branco do Sul	19.046						
Balsa Nova							
Contenda							
Mandirituba							
Bocaiuva do Sul							

QUADRO 8 - ORIGEM E DESTINO DOS FLUXOS DE PASSAGEIROS NA REGIAO DO METRONOR - 1986

ORIGEM	DESTINO										
	Londrina	Cambe	Rolandia	Arapongas	Apucarana	Cambira	Jandaia do Sul	Mandaguari	Marialva	Sarandi	Maringa
Londrina	x	1.290.722	192.105	140.312	141.193	-	10.721	5.182			173.502
Cambe	1.144.605	x	113.167	27.618	14.360	4.139	-				7.868
Rolandia	190.760	106.606	x	157.519	37.470	5.162	-				10.006
Arapongas	131.535	26.932	156.353	x	191.368	11.550	-				21.786
Apucarana	137.789	13.833	35.806	192.993	x	90.062	130.395	38.015	7.588		67.987
Cambira	-	-	-	-	84.375	x	63.813	11.537			6.515
Jandaia do Sul	-	3.486	4.532	12.685	124.606	64.437	x	135.118			69.616
Mandaguari	10.188	-	-	-	35.529	11.373	126.151	x	64.629		104.069
Marialva	5.868	-	-	-	8.639	-	-	69.254	x	145.511	224.324
Sarandi	-	-	-	-	-	-	-	-	131.525	x	843.162
Maringa	161.280	7.071	9.472	22.890	73.871	6.223	73.299	117.292	244.480	829.946	x

FONTE: SETR-DSTC

QUADRO 9 - ORIGEM E DESTINO DOS FLUXOS DE PASSAGEIROS NAS IMEDIACDES DE LONDRINA - 1986

ORIGEM	DESTINO			
	Ibipora	Londrina	Cambe	Rolandia
Ibipora	x	995.646	-	-
Londrina	1.119.537	x	1.290.722	192.102
Cambe	-	1.144.605	x	113.167
Rolandia	-	190.760	106.606	x

FONTE: SETR-DSTC

QUADRO 10- ORIGEM E DESTINO DOS FLUXOS DE PASSAGEIROS NAS IMEDIACDES DE MARINGA - 1986

ORIGEM	DESTINO			
	Marialva	Sarandi	Maringa	Paicandu
Marialva	x	145.511	224.324	-
Sarandi	131.525	x	843.162	-
Maringa	244.480	829.946	x	335.295
Paicandu	-	-	321.796	x

FONTE: SETR-DSTC

uma com seu próprio processo de crescimento, marcado pela periferização, ainda que em escala reduzida comparado ao da RMC.

Delimitado esse novo quadro urbano, é possível estabelecer as cidades-pólo e suas respectivas regiões em função dos centros subordinados. Com base no quadro 5, pode-se identificar os principais pólos regionais, como Londrina, Ponta Grossa, Guarapuava, Cascavel, Pato Branco, Apucarana, Maringá, Paranavaí e Umuarama.

Além desse quadro-síntese, outros estudos foram realizados, como a Regionalização Administrativa do Paraná, que identificou alguns centros urbanos com função polarizadora regional, tais como Londrina, Paranaguá, União da Vitória, Ponta Grossa, Guarapuava, Cascavel, Pato Branco, Maringá, Campo Mourão, Cornélio Procópio, Paranavaí, Umuarama e Jacarezinho. Em 1973 foi realizado a Política de Desenvolvimento Urbano para o Paraná - PDU - propondo alternativas para o desenvolvimento urbano do Estado, divididas em três grupos, dos quais o sistema polinuclear procurava reforçar o desenvolvimento de cidades com centralidade regional expressiva, selecionando os seguintes pólos: Londrina, Ponta Grossa, Apucarana, Maringá, Paranavaí, Irati, União da Vitória, Guarapuava, Pato Branco, Umuarama, Campo Mourão, Cornélio Procópio e Jacarezinho.

O cruzamento dessas diferentes fontes permite identificar, provisoriamente, os centros urbanos que exercem uma função polarizadora regional, agrupados conforme o tamanho das suas respectivas populações urbanas, em 1980 (quadro 11).

QUADRO 11 - CENTROS URBANOS COM FUNÇÃO CENTRAL E A POPULAÇÃO DO DISTRITO SEDE - 1980

CENTRO	POPULAÇÃO URBANA (DISTRITO-SEDE)
11 Curitiba	1.025.979
12 Londrina	258.054
13 Ponta Grossa	171.365
1 Maringa	160.645
1 Cascavel	100.351
14 Guarapuava	81.304
1 Paranagua	71.173
1 Apucarana	63.733
1 Paranavai	52.654
15 Umuarama	49.441
1 Campo Mourao	46.103
1 Cornelio Procopio	31.201
1 Uniao da Vitoria	22.682
1 Pato Branco	30.913
1 Jacarezinho	21.940
1 Irati	23.652

FONTE: Censo Demografico, Tabulacoes Avancadas - IBGE/IPARDES

Com os pólos regionais identificados, completa-se o delineamento da rede urbana polarizada por Curitiba. O passo seguinte seria a análise da expansão física das cidades, tendo como unidade de referência a RMC. De certa maneira isso já está feito no estudo do crescimento das áreas metropolitanas no Brasil, em que Curitiba, ao lado de São Paulo, representa um modelo circular de crescimento, traduzindo, na ausência de restrições naturais, a expansão multidirecional do crescimento espontâneo, com o predomínio de loteamentos.

A oferta de lotes para edificação na RMC vem a ser um elemento adicional para o entendimento da dominância do processo de periferização nas áreas metropolitanas. Essa oferta mostra que as necessidades de valorização do "capital imobiliário" e da formação de reservas de valor opõem-se à exigên-

cia de uma melhor ocupação e de ordenamento do uso do espaço físico das cidades.¹⁸ Considerando apenas os loteamentos cadastrados, no período 1960-83, foram aprovados 1,173 loteamentos em Curitiba, dos quais 957 informaram, no cadastro, a área ocupada. O total dessa área era de 80.026.117m², sendo que 31.111.544m² foram ofertados no período entre 1964-68, quando foi elaborado o Plano Preliminar de Urbanismo.

Essa "desova" refletia as preocupações do setor imobiliário e dos proprietários em relação às conseqüências da implantação do novo Plano Diretor.¹⁹

No que se refere aos municípios limítrofes de Curitiba, a situação não difere de uma forma significativa. No período 1950-84, foram lançados cerca de 174,5 mil lotes, concentrados basicamente entre 1961 e 1970. O grande crescimento populacional, entretanto, verificou-se na década seguinte, não havendo compatibilidade entre oferta de terrenos edificáveis e aumento da população.

Diante da não-correspondência entre oferta de terrenos e crescimento demográfico, o resultado mais comum são os grandes vazios urbanos e o crescimento excessivo das áreas loteadas nas adjacências da cidade-pólo.

O grupo de trabalho do Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano de Curitiba - PMDU -, na sua primeira versão, quantificou a área vazia da cidade em 46,5% e, usando a relação construção/lote, concluiu que o índice de ocupação, por microbairros, era de 25,4%, em 1972. Em 1980, esse índice ha-

via aumentado para 36,4%. Nos municípios limítrofes, verificou-se a existência de um excedente de 102.987 lotes, ao qual foi acrescida boa parte dos 18.533 novos lotes lançados no período 1981-84.**

4 DIRETRIZES GERAIS DE DESENVOLVIMENTO URBANO

O estabelecimento de diretrizes constitui uma fase do planejamento que antecede a elaboração do Plano propriamente dito:

A primeira fase da elaboração do plano é constituída pela colocação das diretrizes que deverão servir de base a essa elaboração. (...) A conclusão desse trabalho de colocação das diretrizes deve ser um projeto detalhado de diretrizes para a elaboração do plano, projeto cuja adoção depende do Governo.²¹

As diretrizes de origem política ou governamental devem ser incorporadas, adquirindo concretude, e submetidas a uma análise de viabilidade. As formuladas pelo PMDB para debate com a sociedade paranaense traduzem, por suposto, uma decisão de Governo, investido de um mandato popular para executá-las. Isto não implica, entretanto, que se deva aceitá-las pacificamente no plano predominantemente técnico.

O ponto de partida devem ser essas diretrizes de Governo, que têm por objetivo consolidar um sistema de cidade que sirva de base a um processo de expansão econômica, que beneficie igualmente todas as regiões do Estado.²² Após a exposição desse objetivo geral, o documento governamental propõe-se a tratar o problema urbano em diferentes níveis: regiões metropolitanas (Curitiba e o eixo Londrina-Maringá); cidades grandes que atuam como pólos regio-

nais: cidades médias, e cidades menores, cuja atividade econômica está geralmente muito entrosada com as áreas agrícolas municipais.

Entre os objetivos específicos pode-se destacar alguns de interesse mais imediato: o controle da valorização fundiária urbana, para inibir estocagem de terrenos com fins especulativos, desenvolvimento e aplicação de uma legislação de uso do solo urbano e um zoneamento do Estado para orientar o planejamento urbano.

Para as cidades grandes se propugna sua consolidação como pólos industriais e comerciais, além de educacionais, culturais e de serviços para as regiões que polarizam. As cidades médias devem ser objeto de medidas que estimulem o desenvolvimento de atividades produtivas adequadas à constelação de recursos disponíveis, à sua situação em relação ao sistema de transportes ou ao papel econômico que já desempenham. Ao lado disso, propõe-se ampliar os programas de apoio às obras municipais, tais como o PRAM e PRORURAL, reforçando a capacidade de suas administrações municipais no atendimento às necessidades da população. Para as cidades menores são propostas medidas de apoio institucional, financeiro e em investimentos que interiorizem o bem-estar.

Para a área metropolitana de Curitiba, o objetivo básico é o aperfeiçoamento do marco institucional metropolitano já existente (...) visando principalmente definir com clareza as atribuições e competências de cada esfera ou ente administrativo. No que se refere ao eixo Londrina-Maringá, propõe-se institucionalizar o ente metropolitano Metronor, dotando-o de efetivo poder de intervenção sobre o espaço do Eixo.

Essas diretrizes envolvem alguns pressupostos corretos: a aceitação de que a política urbana deve ser desigual, a despeito da equidade jurídico-institucional entre os municípios; a iniciativa e a competência do Estado para participar no pla-

nejamento urbano e na legislação urbanística; e, finalmente, que o desenvolvimento urbano deve ser pensado em termos de sistema urbano e não de cidades isoladas.

São esses exatamente os parâmetros mais abrangentes que orientam a elaboração das diretrizes gerais aqui expostas: tratamento desigual para desiguais, ou seja, uma diferenciação para adequar-se às escalas e às funções diferenciadas dos centros; o papel dos vários centros na rede urbana de acordo com o estágio de crescimento; o papel dos centros na sua ligação regional, e a ordenação interna do crescimento das grandes cidades e dos pólos regionais.

Como as diretrizes antecedem à elaboração do Plano, estão aqui como subsídios a um plano de desenvolvimento urbano que deverá ser objeto de um trabalho específico. Aprovadas pelos órgãos competentes, deverá ser constituída uma comissão técnica para fazer o Plano, solicitando as pesquisas e os estudos necessários, dos quais alguns serão indicados no texto.

As diretrizes orientam-se por seis critérios distintos de ação, os quais não constituem recurso classificatório, pois as maiores cidades enquadram-se em mais de um deles:

- a) região metropolitana;
- b) aglomerados urbanos;
- c) eixos de desenvolvimento;
- d) pólos regionais;
- e) centros com função específica;
- f) centros de apoio às atividades agropecuárias.

Agrupam-se, ainda, em quatro modalidades distintas de ação, organizadas de acordo com seus objetivos: institucio-

nais, dinamização regional, desenvolvimento econômico e urbanístico.

Cada um desses grupos contém medidas compatibilizadas com os seis critérios anteriores. Como algumas dessas modalidades de ação não se coadunam com pequenos municípios, não haverá uma total correspondência entre as medidas e determinados estratos de centros urbanos. A título de exemplo, algumas propostas urbanísticas cabem exclusivamente à administração local desses centros, enquanto, para os pólos regionais, faz-se necessária a integração do planejamento urbano local com o estadual.

As diretrizes serão apresentadas, portanto, sob grandes grupos denominados aspecto institucional, regional, econômico e urbanístico.

A junção dos critérios de ação com as modalidades pode ser visualizada no quadro 12, em que várias delas podem ser adotadas, simultaneamente, para um "fato urbano".

QUADRO 12 - MODALIDADES DE AÇÃO SEGUNDO OS CRITÉRIOS

CRITÉRIOS DE AÇÃO	INSTITUCIONAL	REGIONAL	ECONÔMICO	URBANÍSTICO
Região Metropolitana	x		x	x
Agglomerados Urbano	x		x	x
Eixos de Desenvolvimento			x	
Pólos Regionais		x	x	x
Centros com Função				
Específica				
Centros de Apoio				

4.1 CRITÉRIOS DE AÇÃO

4.1.1 Região Metropolitana

A RMC insere-se no escalão superior da rede urbana brasileira e exerce uma função polarizadora que vai além dos limites do Estado, não podendo se identificar com nenhuma outra área urbana, pois constitui caso particular. Além disso, coloca na ordem do dia problemas institucionais que lhe são típicos.

4.1.2 Aglomerados Urbanos

As aglomerações urbanas são, grosso modo, regiões caracterizadas por intensas inter-relações entre dois ou mais centros urbanos, sem que possam ser identificadas com uma área metropolitana. Os aglomerados urbanos aqui identificados contradizem a existência do Metronor por duas razões: em primeiro lugar, por mais avançada que fosse a idéia em termos de uma abordagem regional, tudo indica que o crescimento desses centros não ocorreu dentro de parâmetros esperados, tendo se concentrado nos extremos dessa rede urbana; além disso, a duplicação da pista de ligação rodoviária entre os dois grandes centros (Londrina e Maringá) não segue o traçado que ligava os demais centros. Esses aglomerados são:

- a) Londrina e imediações (Londrina, Cambé e Ibiporã);
- b) Maringá e imediações (Maringá, Sarandi e Paiçandu).

4.1.3 Eixos de Desenvolvimento

Os eixos de desenvolvimento são regiões que se estruturaram ao longo de uma via de comunicação. As plantas horizontais de fluxo contínuo, que caracterizam as empresas industriais, demandam para sua instalação grandes áreas, localizando-se, assim, na margem de rodovias, enquanto a força de trabalho se estabelece nos centros urbanos próximos ao longo dessas vias. O estímulo a essa forma de ocupação deve ser privilegiado, identificando-se, inicial e provisoriamente, os seguintes eixos:

- a) Ponta Grossa - Curitiba - Paranaguá;
- b) Maringá -Paranavaí;
- c) Cascavel - Toledo - Guaíra

4.1.4 Pólos Regionais

Os pólos regionais são centros que exercem uma função polarizadora sobre uma determinada região à qual prestam serviços que, em virtude da escala mínima necessária, demandam grande área de abrangência e, por isso, têm um papel de dinamização:

- a) Curitiba;
- b) Londrina;
- c) Ponta Grossa;
- d) Maringá;
- e) Cascavel;
- f) Guarapuava;
- g) Paranaguá;
- h) Apucarana;

- i) Paranavaí;
- j) Umuarama;
- l) Campo Mourão;
- m) Cornélio Procópio;
- n) União da Vitória;
- o) Pato Branco;
- p) Jacarezinho.

4.1.5 Centros com Função Específica

A existência de uma atividade especializada ou de grande dimensão, como uma indústria, ou ainda, de restrições ambientais, dão a certas cidades características particulares, independentemente de seu tamanho ou posição na rede urbana, daí a necessidade de uma designação particular. Os centros com função específica deverão ser identificados pela comissão que eventualmente venha a ser constituída para a elaboração do Plano; de imediato podem ser estabelecidos: Foz do Iguaçu, Telêmaco Borba-Harmonia, Guaraqueçaba e os centros da faixa praieira.

4.1.6 Centros de Apoio

Finalmente, a maioria das cidades cujas atividades estão estreitamente ligadas à produção agropecuária possuem nenhuma ou pouca centralidade. Por causa da diferença de população que há entre elas, as medidas orientadas em função desse papel essencial devem se adequar às respectivas escalas urbanas.

4.2 REGIONALIZAÇÃO

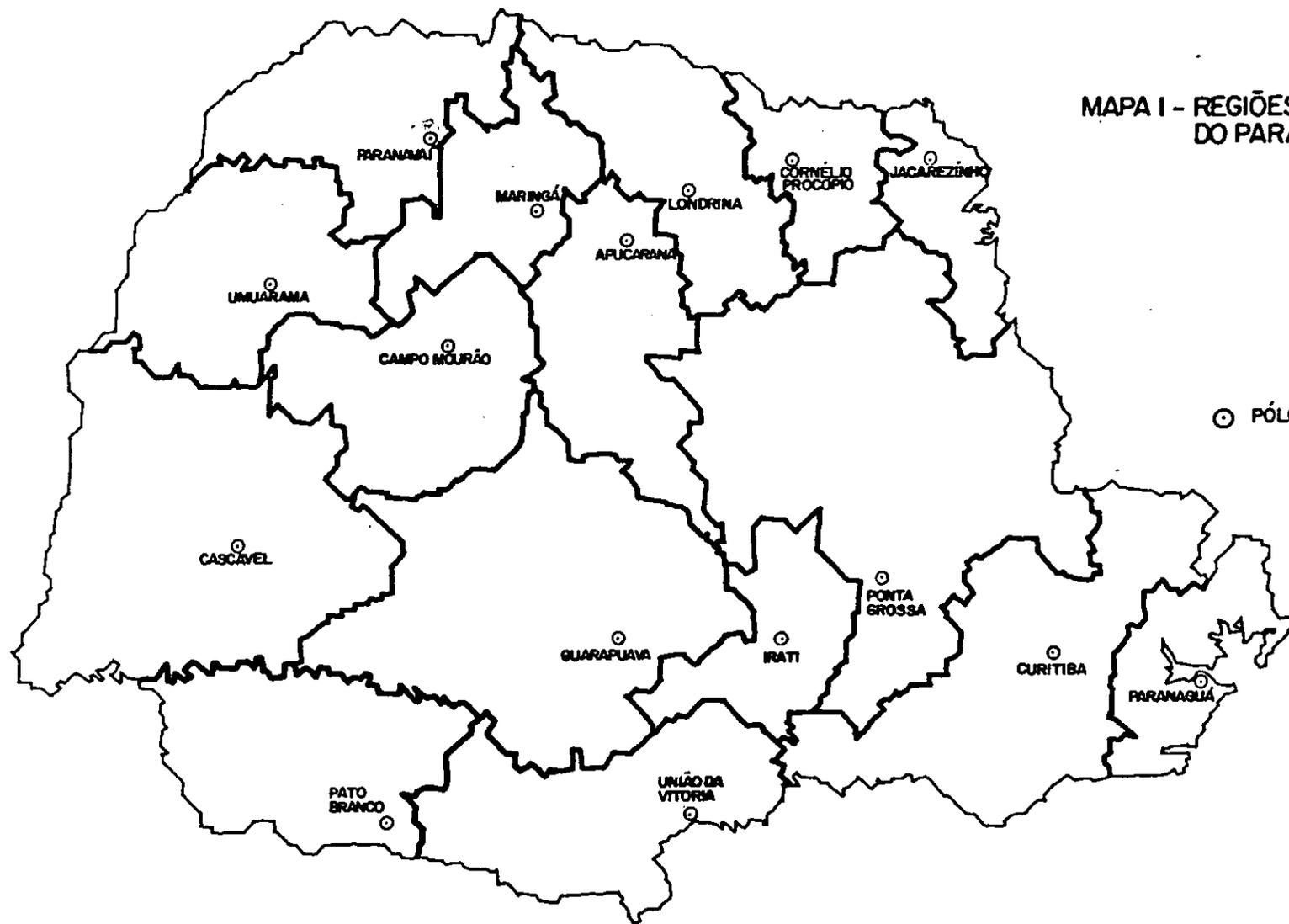
Antes de iniciar a listagem das diretrizes gerais, deve ser exposta a regionalização com que se vai operar. Esta tem um caráter provisório, pois necessita de mais investigações para precisar seus limites geográficos e aqueles pólos cuja centralidade não pode ser considerada pacífica. O quadro 13 mostra as regiões, com os municípios que as compõem e sua população para 1986, de acordo com as projeções do IPARDES. Esse quadro é seguido de um mapa descritivo nos seus limites (mapa 1).

A primeira observação que pode ser feita para se estabelecer uma distinção entre as regiões é o índice de urbanização negativo de seis delas (União da Vitória, Irati, Guarapuava, Pato Branco, Campo Mourão e Umuarama). Essa situação diversificada pode ser melhor precisada comparando-se as diferentes regiões, de acordo com o número de municípios que as compõem e o nível de urbanização destes (tabela 18).

TABELA 18 - NÚMERO DE MUNICÍPIOS URBANOS E RURAIS SEGUNDO AS REGIÕES

REGIÕES	MUNICÍPIOS URBANOS (ÍNDICE POSITIVO)	MUNICÍPIOS RURAIS (ÍNDICE NEGATIVO)	TOTAL DE MUNICÍPIOS
Curitiba	11	10	21
Paranaguá	4	2	6
Ponta Grossa	9	15	24
União da Vitória	4	6	10
Irati	1	5	6
Guarapuava	3	7	10
Cascavel	16	14	30
Pato Branco	3	22	25
Londrina	17	9	26
Cornélio Procopio	9	8	17
Jacarezinho	6	7	13
Apucarana	8	15	23
Maringá	20	9	29
Campo Mourão	5	12	17
Paranavai	16	14	30
Umuarama	5	12	17

FONTE: IPARDES



MAPA I - REGIÕES POLARIZADAS DO PARANÁ

○ PÓLOS REGIONAIS

FONTE: IPARDES

QUADRO 13 - REGIÕES E RESPECTIVOS MUNICÍPIOS, POPULAÇÃO (URBANA E RURAL), ÍNDICE DE URBANIZAÇÃO - 1986

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO			PU - PR
	Urbana (PU)	Rural (PR)	TOTAL (PT)	PT
Curitiba	1.343.017		1.343.017	1,000
Rio Negro	15.242	5.664	20.906	,458
Adrianópolis	997	10.060	11.057	(,820)
Almirante Tamandare	51.181	7.544	58.725	,743
Araucaria	51.303	7.387	58.690	,748
Balsa Nova	1.908	3.832	5.740	(,335)
Bocaiuva do Sul	3.531	10.100	13.631	(,482)
Campina Grande do Sul	5.718	6.211	11.929	(,041)
Campo Largo	56.541	17.046	74.387	,520
Colombo	103.972	8.980	112.952	,841
Handrituba	13.647	8.515	22.162	,232
Piraquara	115.222	10.077	125.299	,839
Quatro Barras	6.606	2.164	8.770	,506
Rio Branco do Sul	21.784	18.439	40.223	,083
Sao Jose dos Pinhais	107.423	14.848	122.271	,757
Tijucas do Sul	934	7.183	8.117	(,770)
Lapa	15.085	21.043	36.128	(,165)
Contenda	5.288	4.050	9.338	,133
Sao Mateus do Sul	15.586	15.722	31.308	(,004)
Antonio Olinto	483	6.528	7.011	(,862)
Agudos do Sul	614	4.554	5.168	(,762)
Campo Tenente	997	2.853	3.850	(,482)
Quitandinha	1.564	11.245	12.809	(,756)
Pien	246	5.731	5.977	(,918)
TOTAL	1.938.889	210.576	2.149.465	,804
Paranagua	80.772	8.801	89.573	,803
Antonina	12.254	3.227	15.481	,583
Guaraquecaba	1.243	6.474	7.717	(,678)
Guaratuba	9.183	4.136	13.319	,379
Matinhos	4.618	734	5.352	,726
Morretes	5.530	7.735	13.265	(,166)
TOTAL	113.600	31.107	144.707	,570
Ponta Grossa	214.046	13.860	227.906	,878
Castro	31.605	26.476	58.081	,088
Telenaco Borba	44.715	20.796	65.511	,365
Ibaiti	13.570	13.542	27.112	,001
Palmeira	12.249	11.971	24.220	,011
Jaguariaiva	8.152	6.634	14.786	,103
Porto Amazonas	1.995	1.027	3.022	,320
Ivaí	1.919	8.675	10.594	(,638)
Sao Joao do Triunfo	2.389	9.017	11.406	(,581)
Arapoti	4.666	12.051	16.717	(,442)

(cont inua)

(continuacao)

MUNICIPIO	POPULACAO		TOTAL (PT)	PU - PR
	Urbana (PU)	Rural (PR)		
Senges	3.548	10.510	14.058	(,495)
Cerro Azul	1.863	16.746	18.609	(,800)
Pirai do Sul	11.700	9.194	20.894	(,120)
Curuva	2.160	8.049	10.209	(,577)
Figueira	3.333	6.073	9.406	(,291)
Ortigueira	5.724	44.316	50.040	(,771)
Reserva	4.640	18.699	23.339	(,602)
Tibagi	6.818	15.161	21.979	(,380)
Conselheiro Mairink	1.800	1.797	3.597	(,001)
Japira	1.455	4.326	5.781	(,497)
Sapena	1.658	5.976	7.634	(,566)
Tocantina	2.006	12.634	15.440	(,637)
Jaboti	1.447	4.035	5.482	(,472)
Pinhalao	2.202	5.398	7.600	(,421)
TOTAL	386.460	286.963	673.423	(,148)
Uniao da Vitoria	39.726	4.050	43.776	(,815)
Palmas	21.493	13.579	35.072	(,226)
Bituruna	5.172	7.465	12.637	(,181)
Cruz Machado	2.440	13.376	15.816	(,691)
General Carneiro	3.408	6.056	9.464	(,280)
Mallet	3.713	6.990	10.703	(,306)
Paula Freitas	741	3.697	4.438	(,280)
Paulo Frontin	1.146	4.389	5.535	(,586)
Porto Vitoria	2.362	1.849	4.211	(,122)
Mangueirinha	2.617	17.885	20.502	(,745)
Clevelandia	14.567	4.604	19.171	(,520)
TOTAL	97.385	83.940	181.325	(,074)
Irati	25.689	21.788	46.477	(,062)
Ibituva	6.104	15.816	21.920	(,443)
Reboucas	4.503	6.653	11.156	(,193)
Rio Azul	3.051	8.955	12.006	(,492)
Teixeira Soares	3.391	10.027	13.418	(,495)
Inacio Martins	2.692	10.155	12.847	(,587)
Ipiranga	2.414	7.700	10.114	(,523)
TOTAL	46.844	81.094	127.938	(,268)
Guarapuava	117.581	44.003	161.584	(,455)
Turvo	2.201	13.280	15.481	(,716)
Cantagalo	2.404	20.309	22.713	(7,880)
Pinhao	29.500	22.326	51.826	(,138)
Prudentopolis	7.956	30.980	38.936	(,591)
Quedas do Iguacu	20.878	20.081	40.959	(,019)

(cont inua)

(continuação)

MUNICIPIO	POPULACAO			PU - PR
	Urbana (PU)	Rural (PR)	TOTAL (PT)	
Laranjeiras do Sul	32.506	45.459	77.965	(,166)
Pitanga	11.508	71.389	82.897	(,722)
Palmital	4.353	18.499	22.852	(,619)
Altamira do Parana	1.905	8.561	10.466	(,636)
TOTAL	230.792	294.887	525.679	(,122)
Cascavel	194.241	33.665	227.906	,705
Toledo	64.188	32.005	96.193	,335
Foz do Iguacu	101.072	25.332	126.404	,599
Marechal Candido Rondon	39.704	28.362	68.066	,167
Palotina	19.210	12.895	32.105	,197
Medianeira	30.696	11.880	42.576	,442
Assis Chateaubriand	34.224	16.802	51.026	,341
Tupassi	6.551	4.498	11.049	,186
Capitao Leonidas Marques	11.187	20.758	31.945	(,300)
Boa Vista da Aparecida	5.086	6.860	11.946	(,149)
Corbelia	18.820	11.703	30.523	,233
Braganey	3.322	6.628	9.950	(,332)
Nova Aurora	9.736	9.244	18.980	,026
Cafelandia	3.092	4.083	7.175	(,138)
Guaraniacu	11.973	222.459	34.432	(,305)
Catanduvas	7.749	9.248	16.997	(,080)
Tres Barras do Parana	5.857	13.862	19.719	(,406)
Ubirata	19.318	11.419	30.737	,257
Formosa do Oeste	8.520	12.561	21.081	(,192)
Jesuitas	6.652	10.796	17.448	(,238)
Ceu Azul	7.278	4.623	11.901	,223
Vera Cruz do Oeste	8.366	5.872	14.238	,175
Guaira	30.954	8.399	39.353	,573
Nova Santa Rosa	2.630	4.307	6.937	(,242)
Santa Helena	13.111	22.778	35.889	(,269)
Terra Roxa	15.971	12.129	28.100	,137
Santa Terezinha do Itaipu	8.327	3.129	11.456	,454
Sao Miguel do Iguacu	12.443	22.190	34.633	(,281)
Missal	3.010	9.326	12.336	(,512)
Katelandia	14.839	19.552	34.391	(,137)
TOTAL	718.127	417.365	1.135.492	,265
Pato Branco	44.894	14.444	59.338	,513
Francisco Beltrao	40.842	20.328	61.170	,335
Coronel Vivida	14.551	16.143	30.694	(,052)
Itapejara do Oeste	4.404	7.083	11.487	(,233)
Mariopolis	3.317	3.743	7.060	(,060)
Vitorino	2.731	4.550	7.281	(,250)

(continua)

(continuacao)

MUNICIPIO	POPULACAO		PU - PR
	Urbana (PU)	Rural (PR)	TOTAL (PT) PT
Chopinzinho	11.015	26.241	37.256 (,409)
Sao Joao	5.299	12.852	18.151 (,416)
Capanema	11.226	17.004	28.230 (,205)
Dois Vizinhos	17.609	29.785	47.394 (,257)
Realeza	13.930	12.426	26.356 (,057)
Santo Antonio do Sudoeste	9.903	16.048	25.951 (,237)
Salgado Filho	2.011	13.351	15.362 (,738)
Eneas Marques	2.000	12.934	14.934 (,732)
Mareleiro	4.682	10.678	15.360 (,390)
Peroia d'Oeste	4.466	13.179	17.645 (,494)
Planalto	4.690	15.982	20.672 (,546)
Nova Prata do Iguacu	5.493	12.946	18.439 (,404)
Salto do Lontra	4.653	13.774	18.427 (,495)
Sao Jorge do Oeste	4.853	9.280	14.133 (,313)
Vere	2.282	10.528	12.810 (,644)
Apere	7.091	9.810	16.901 (,161)
Santa Isabel do Oeste	5.296	11.103	16.399 (,354)
Pranchita	2.325	8.943	11.268 (,587)
Barracao	3.134	15.656	18.790 (,666)
Renascenca	3.014	5.399	8.413 (,283)
TOTAL	149.500	259.154	408.654 (,187)
Londrina	334.136	32.660	366.796 (,822)
Assai	10.338	11.040	21.378 (,033)
Porecatu	16.735	6.661	23.396 (,431)
Bela Vista do Paraiso	12.773	2.708	15.481 (,650)
Caabe	56.822	8.202	65.024 (,748)
Ibipora	24.921	7.068	31.989 (,558)
Jataizinho	7.722	2.513	10.235 (,509)
Rancho Alegre	2.696	2.267	4.963 (,086)
Rolandia	30.505	12.629	43.134 (,414)
Jaguapita	5.635	6.254	11.889 (,052)
Santa Cecilia do Pavao	4.515	5.320	9.835 (,082)
Sao Jeronimo da Serra	3.166	12.342	15.508 (,592)
Sao Sebastiao da Andreira	2.966	3.854	6.820 (,130)
Centenario do Sul	9.510	6.898	16.408 (,159)
Cafeara	1.181	1.487	2.668 (,115)
Itaguaje	3.765	2.207	5.972 (,261)
Lupionopolis	3.192	1.602	4.794 (,332)
Santa Ines	1.128	1.688	2.816 (,199)
Florestopolis	7.997	4.283	12.280 (,302)
Miraselva	2.712	3.004	5.716 (,051)
Santo Inacio	3.149	2.262	5.411 (,164)
Nossa Senhora das Gracias	2.001	2.434	4.435 (,098)

(continua)

(continuacao)

MUNICIPIO	POPULACAO		PU - PR	PT
	Urbana (PU)	Rural (PR)	TOTAL (PT)	
Guaraci	3.432	2.392	5.824	,179
Alvorada do Sul	7.313	5.941	13.254	,104
Priceiro de Maio	10.134	4.953	15.087	,343
Sertanopolis	8.846	8.665	17.511	,010
TOTAL	577.290	161.334	738.624	,563
Cornelio Procopio	35.536	7.544	43.080	,650
Sandeirantes	21.727	12.889	34.616	,255
Andira	15.308	3.340	18.648	,642
Leopolis	1.845	2.399	4.244	(,131)
Nova America da Colina	1.528	3.364	4.892	(,375)
Santa Mariana	8.574	5.026	13.600	,261
Sertaneja	4.869	2.573	7.442	,309
Urai	7.684	6.574	14.258	,078
Nova Fatia	5.410	2.780	8.190	,321
Congonhas	3.084	4.777	7.861	(,215)
Santo Antonio do Paraíso	1.201	1.841	3.042	(,210)
Ribeirao do Pinhal	8.111			
Jundiá do Sul	2.120	2.653	4.773	(,112)
Abatia	3.464	5.564	9.027	(,233)
Santa Amelia	2.100	2.103	4.203	,010
Itarra do Jacare	1.153	1.990	3.143	(,266)
Itaubaraca	4.101	4.654	8.755	(,063)
TOTAL	127.894	77.117	205.011	(,248)
Jacarezinho	26.286	11.127	37.413	,405
Santo Antonio da Platina	26.609	13.763	40.372	,318
Ribeirao Claro	6.626	8.032	12.658	(,269)
Caubara	14.637	7.772	22.409	,306
Carlopolis	5.350	7.931	13.281	(,194)
Joaquim Tavora	5.307	5.545	10.852	(,022)
Guapirana	1.310	1.609	2.919	(,102)
Quatinga	3.131	2.182	5.313	,189
Siqueira Campos	8.248	6.882	15.130	,090
Santo do Itarare	2.591	4.821	7.412	(,301)
Wenceslau Braz	10.657	9.689	20.346	(,048)
Santana do Itarare	2.754	4.721	7.475	(,263)
Sao Jose da Boa Vista	2.221	7.281	9.502	(,533)
TOTAL	113.727	91.355	205.082	,109
Apucarana	77.954	10.180	88.134	,769
Jandaia do Sul	12.773	4.800	17.573	,454
Arapongas	54.781	5.233	60.014	,826
California	3.666	3.948	7.614	(,037)

(continua)

(continuação)

MUNICIPIO	POPULACAO			PU - PR
	Urbana (PU)	Rural (PR)	TOTAL (PT)	
Marilandia do Sul	7.021	5.373	12.394	,1331
Rio Bon	1.873	2.581	4.454	(,1591)
Faxinal	11.430	13.630	25.060	(,0881)
Grandes Rios	6.173	26.053	32.226	(,6171)
Bon Sucesso	4.200	5.016	9.216	(,0891)
Borrazopolis	5.133	8.930	14.063	(,2701)
Caobira	3.170	7.549	10.719	(,4091)
Fenix	4.274	3.528	7.802	,0961
Ivaipora	31.271	31.251	62.522	,00031
Kalore	2.552	5.188	7.740	(,3411)
Candido de Abreu	2.647	15.754	18.401	(,7121)
Mandaguari	16.791	5.976	22.767	,4751
Jardim Alegre	9.389	17.741	27.130	(,3081)
Marumbi	2.588	3.962	6.550	(,2101)
Manuel Ribas	3.030	12.272	15.302	(,6041)
Sao Pedro do Ivai	5.186	4.781	9.967	,0411
Lunardelli	2.499	8.658	11.157	(,5521)
Sabaudia	1.878	2.930	4.808	(,2191)
Sao Joao do Ivai	10.867	19.457	30.324	(,2381)
TOTAL	281.146	224.791	505.937	,1111
Maringa	198.628	5.301	203.929	,9481
Nova Esperanca	16.454	6.942	23.396	,4071
Cianorte	30.079	17.168	47.247	,2731
Astorga	15.414	6.743	22.157	,3911
Dr. Canargo	3.325	2.393	5.718	,1631
Floresta	2.794	1.634	4.428	,2621
Itambe	3.641	2.601	6.242	,1671
Ivatuba	1.841	868	2.709	,3591
Mandaguacu	9.303	5.498	14.801	,2571
Marialva	14.954	6.347	21.301	,4041
Sarandi	25.736	1.442	27.178	,8941
Curizona	1.730	2.500	4.230	(,1821)
Paicandu	11.498	2.736	14.234	,6161
Sao Jorge do Ivai	3.503	5.147	8.650	(,1901)
Colorado	13.130	6.672	19.802	,3261
Florida	1.133	821	1.954	,1601
Iguaracu	2.286	4.118	6.404	(,2861)
Lobato	1.722	1.359	3.081	,1181
Munhoz de Melo	1.561	3.123	4.684	(,3331)
Santa Fe	6.718	3.701	10.419	,2901
Atalaia	2.377	2.340	4.717	,0081
Alto Parana	7.155	6.108	13.263	,0791
Florai	4.029	2.572	6.601	,2211

(continua)

(continuação)

MUNICÍPIO	POPULACAO		TOTAL (PT)	PU - PR
	Urbana (PU)	Rural (PR)		
Presidente Castelo Branco	1.563	2.843	4.406	(,291)
Uniflor	1.292	1.427	2.719	(,050)
Japura	3.248	7.352	10.600	(,387)
Jussara	3.031	2.417	5.448	(,113)
Sao Toae	2.264	4.618	6.882	(,342)
Terra Boa	8.325	9.169	17.493	(,048)
TOTAL	398.734	125.959	524.693	(,520)
Campos Mourao	62.884	22.942	85.826	(,465)
Goio-Ere	28.282	23.325	51.607	(,096)
Campina da Lagoa	13.923	11.477	25.400	(,096)
Araruna	5.683	8.035	13.718	(,171)
Barbosa Ferras	12.620	23.164	35.784	(,295)
Iretama	6.002	16.019	22.021	(,455)
Roncador	4.275	13.896	18.171	(,529)
Juranda	2.756	6.770	9.526	(,421)
Mambore	7.243	9.284	16.527	(,123)
Engenheiro Beltrao	7.819	9.645	17.464	(,105)
Peabiru	9.847	8.599	18.446	(,068)
Quinta do Sol	3.138	4.912	8.050	(,220)
Boa Esperanca	2.597	5.784	8.381	(,390)
Moreira Salles	9.780	10.261	20.041	(,024)
Janiopolis	4.336	8.970	13.306	(,348)
Mariluz	8.181	5.073	13.254	(,234)
Nova Cantu	3.228	8.464	11.692	(,448)
TOTAL	192.594	196.620	389.214	(,010)
Paranavai	63.272	10.282	73.554	(,720)
Loanda	14.997	6.229	21.226	(,413)
Acapora	2.063	1.210	3.273	(,261)
Mirador	973	1.059	2.032	(,041)
Nova Alianca do Ivai	618	445	1.063	(,163)
Paraiso do Norte	5.790	2.756	8.546	(,355)
Santo Antonio do Caiua	1.959	1.734	3.693	(,061)
Sao Carlos do Ivai	3.113	1.874	4.987	(,248)
Sao Joao do Caiua	4.280	2.682	6.962	(,230)
Tamboara	2.277	2.651	4.928	(,076)
Paranacity	4.060	4.604	8.664	(,063)
Cruzeiro do Sul	1.622	4.340	5.962	(,456)
Inaja	1.482	1.352	2.834	(,046)
Jardim Olinda	662	500	1.162	(,139)
Paranapoena	1.443	1.027	2.470	(,168)
Terra Rica	9.487	8.346	17.833	(,064)
Diamante do Norte	3.593	5.643	9.236	(,222)

(continua)

(conclusao)

MUNICIPIO	POPULACAO			PU - PR
	Urbana (PU)	Rural (PR)	TOTAL (PT)	PT
I Guairaca	3.012	4.250	7.262	(,170)
I Nova Londrina	11.329	2.790	14.119	,605)
I Itauna do Sul	1.914	2.055	3.969	(,036)
I Maricena	3.256	3.736	6.992	(,069)
I Rondon	3.054	8.261	11.315	(,460)
I Guaporena	954	1.544	2.498	(,236)
I Indianopolis	3.013	5.900	8.913	(,324)
I Planaltina do Parana	2.012	2.068	4.080	(,014)
I Santa Izabel do Ivai	10.921	9.597	20.518	,065)
I Sao Pedro do Parana	1.660	2.888	4.548	(,270)
I Santa Cruz do Monte Castelo	6.053	5.310	11.363	,065)
I Querencia do Norte	6.281	3.751	10.032	,252)
I Porto Rico	1.159	3.997	5.156	(,550)
I TOTAL	176.309	112.881	289.190	,219)
I Umuarama	75.331	35.596	110.927	,358)
I Ipora	13.334	19.396	32.730	(,185)
I Altonia	10.649	19.630	30.279	(,297)
I Cruzeiro do Oeste	15.199	10.443	25.642	,185)
I Alto Piquiri	11.766	11.144	22.910	,027)
I Icaraima	5.910	9.420	15.330	(,229)
I Cidade Gaucha	5.182	3.359	8.541	,213)
I Maria Helena	3.116	7.676	10.792	(,423)
I Douradina	3.541	6.598	10.140	(,301)
I Nova Olimpia	4.499	1.975	6.474	,390)
I Tapira	3.034	8.217	11.251	(,461)
I Xaobre	2.040	8.407	10.447	(,609)
I Francisco Alves	4.606	8.072	12.678	(,273)
I Perola	8.936	13.958	22.894	(,219)
I Sao Jorge do Patrocinio	2.266	7.782	10.048	(,549)
I Tapejara	5.881	6.321	12.202	(,036)
I Tuneiras do Oeste	3.394	8.386	11.780	(,424)
I TOTAL	178.695	186.380	365.065	(,021)

FONTE: IPARDES

As regiões podem ser classificadas em três grupos: aquelas com índice negativo e que possuem maior número de municípios com índice negativo (União da Vitória, Irati, Guarapuava, Pato Branco, Campo Mourão e Umuarama); as regiões com índice positivo, com dominância de municípios rurais (Ponta Grossa, Jacarezinho e Apucarana); e as regiões com ambos os índices positivos (Curitiba, Paranaguá, Cascavel, Londrina, Cornélio Procopio, Maringá e Paranavaí). Conseqüentemente, as regiões e os pólos regionais devem, também, ser diferenciados. A proposta de eixos engloba exatamente os municípios do último grupo, com exceção de Ponta Grossa, cuja situação se deve à área extensa que polariza. Da mesma forma, o tratamento diferenciado que se dá a Londrina e Maringá sustenta-se pela própria inserção regional de cada um desses pólos.

A diferenciação entre os centros também pode ser estabelecida por meio do seu relacionamento no contexto da rede urbana. De todos os pólos, apenas sete participam de algum critério de ação, além de sua função polarizadora (quadro 14).

QUADRO 14 - CIDADES CENTRAIS QUE PARTICIPAM EM UM OU MAIS NÍVEL DE AÇÃO

CIDADES CENTRAIS	EIXOS	
	Região Metropolitana	Agglomerados
Curitiba	x	x
Paranaguá		x
Londrina		x
Ponta Grossa		x
Maringá	x	x
Cascavel		x
Paranavaí		x

FONTE: IPARDES

A distribuição territorial do Valor Adicionado da Indústria de Transformação também permite fixar alguns critérios adicionais para diferenciar essas regiões, assim como estabelecer distinção entre os municípios que as compõem (tabela 19).

TABELA 19 - DISTRIBUICAO DO VALOR ADICIONADO DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO SEGUNDO AS REGIOES E OS DOIS MAIORES MUNICIPIOS - 1984

(Em %)

REGIAO	PARTICIPACAO NO ESTADO	PARTICIPACAO DOS DOIS MAIORES NA REGIAO
Curitiba	57,0	88,0
Ponta Grossa	9,2	86,5
Londrina	8,7	70,1
Maringa	4,3	73,2
Cascavel	4,3	62,6
Apucarana	3,2	65,3
Guarapuava*	2,3	67,8
Cornelio Procopio	2,3	76,7
Pato Branco	1,8	40,7
Uniao da Vitoria	1,6	67,1
Campo Mourao	1,3	80,1
Jacarezinho*	1,1	49,6
Paranagua*	1,0	84,6
Paranavai*	,9	53,9
Uouarona*	,6	58,0
Irati*	,4	63,6

FONTE: SEFI

*Apenas a participacao do maior em Valor Adicionado (Maiores na Regiao)

A indústria encontra-se praticamente concentrada na região de Curitiba e nas quatro regiões subseqüentes. Essa concentração constitui uma característica da indústria, não sendo algo típico do Paraná ou uma distorção do desenvolvimento industrial no Estado. Inclusive, dentro de cada região, a indústria localiza-se predominantemente em uma ou duas cidades. Assim, uma política de desenvolvimento urbano, que tenha como pers-

pectiva a dinamização econômica dos pólos regionais, nem sempre poderá contar com a expansão industrial como variável estratégica.

Deve-se relevar o pouco destaque da maioria das regiões no Valor Adicionado da Indústria, pois o que fundamenta o papel de pólo regional são os bens e serviços que uma cidade central pode fornecer e prestar à sua área de influência. Assim, os pólos devem se caracterizar pela dominância dos setores secundário e terciário na geração de renda. A distribuição do Valor Adicionado pelos grandes setores da economia proporciona uma aproximação da geração da renda, em cada um desses pólos (tabela 20).

TABELA 20 - VALOR ADICIONADO POR SETORES NOS MUNICIPIOS
POLO - 1984

(Em %)

MUNICIPIOS	PRIMARIO	SECUNDARIO	TERCIARIO
Curitiba	,32	67,16	32,52
Paranagua	,42	18,27	81,31
Ponta Grossa	7,57	66,37	26,06
Uniao da Vitoria	4,35	67,04	28,61
Irati	15,60	38,53	45,87
Guarapuava	29,51	41,30	29,18
Cascavel	27,00	21,30	51,30
Pato Branco	34,56	7,83	57,61
Londrina	13,31	43,61	43,08
Cornelio Procopio	20,01	54,71	25,28
Jacarezinho	29,92	51,90	18,18
Apucarana	21,33	42,79	35,88
Maringa	12,95	37,16	49,90
Campo Mourao	37,67	30,10	32,21
Paranavai	31,43	32,65	35,92
Umuarama	43,00	17,02	39,98

4.3 MODALIDADES DE AÇÃO

4.3.1 Aspecto Institucional

Propõe-se que a administração pública implemente a descentralização, mediante a regionalização administrativa e a interiorização de órgãos da administração pública, atualmente localizados em Curitiba. Os administradores regionais deverão ser indicados pelo Governador, com a aprovação da Assembléia Legislativa, e as administrações, localizadas nos pólos regionais, terão por função básica a coordenação setorial das respectivas regiões. As administrações regionais deverão ser formadas, também, por um Conselho Consultivo, integrado pelos prefeitos e presidentes das câmaras municipais dos municípios que compõem as respectivas regiões. Para que essa descentralização se efetive, deverá haver um orçamento regionalizado, desde que não existam impedimentos técnicos ou econômicos (estradas, hidrelétricas, etc.).

Quanto à interiorização de órgãos localizados em Curitiba, propõe-se a realização de estudos para estabelecer um plano de longo prazo, com o objetivo de localizar nos pólos regionais as instituições públicas, de caráter operacional, que não têm razão técnica ou administrativa para estarem na capital.

Propõe-se a elaboração de um Plano Estadual de Desenvolvimento Urbano, incorporando diretrizes urbanísticas normalmente atribuídas à competência municipal, incluindo o zoneamento e a definição do uso do solo. Esse plano teria força legal, incorporando medidas regionalizadas de desenvolvimento

econômico bem como restrições do crescimento de regiões e municípios, os quais seriam atendidos com políticas específicas compensatórias.

Os municípios fariam seus planos locais compatibilizados com o plano estadual, criando-se para isso uma Comissão do Plano, de caráter permanente, subordinada ao Governo e atuando junto à Secretaria do Desenvolvimento Urbano.

Em termos específicos de critérios de ação, propõe-se:

Região Metropolitana

Estabelecer, de forma definitiva, o ente metropolitano, capaz de gerir os problemas comuns da área, como transporte coletivo, zoneamento e uso do solo, saneamento básico, sistema viário metropolitano e preservação ambiental, constituindo nível intermediário entre os municípios e o Estado, respeitando-se a autonomia local. Caberia ao ente metropolitano: formular o plano de desenvolvimento urbano da área, compatibilizando-o com o Plano Estadual, e fixar os mecanismos compensatórios às municipalidades que porventura venham a sofrer restrições no seu desenvolvimento, em virtude de políticas regionais de controle do meio ambiente, de formação de parques e áreas verdes, ou de preservação de mananciais.

Aglomerados Urbanos

A administração pública e o Governo deveriam se esforçar no sentido de encontrar os meios mais adequados para estender a essas formas espaciais as medidas de administração conjunta preconizadas para a RMC, sem a necessidade de criar um organismo equivalente ao ente metropolitano.

4.3.2 Aspecto Regional

Sob esse aspecto enfatizam-se as medidas de ordem puramente dinamizadora da região e de garantia da maior acessibilidade por parte da população aos serviços localizados nos pólos regionais.

Propõe-se, basicamente, o desenvolvimento de políticas que enfatizem a função dinamizadora desses pólos na sua região de influência e que impulsionem a capacidade de irradiar os efeitos dinâmicos para a região e os municípios de menor escala.

Para atingir esses objetivos é preciso que se direcionem para os pólos as políticas de desconcentração espacial das atividades econômicas. Evita-se, desse modo, a dispersão de esforços que acompanha as medidas orientadas no sentido de restabelecer um hipotético "equilíbrio" na rede urbana. Assim, recomenda-se o aproveitamento da infra-estrutura existente, ampliando-a, e dos efeitos de aglomeração, elegendo os pólos como áreas privilegiadas de produção de insumos e equipamentos para agropecuária.

A par disso, faz-se necessária a elaboração de políticas regionalizadas para dinamizar as áreas polarizadas, incorporando os municípios menores em programas de desenvolvimento, pois os pólos regionais sofrem impactos diretos de sua área de influência.

Como a maior integração dentro das regiões é fundamental, propõem-se modalidades de transporte coletivo, para garantir segurança e rapidez nos deslocamentos entre os centros e destes com o pólo regional. Destarte, garantir-se-ia o

máximo de acessibilidade da população da área de influência aos serviços concentrados nos pólos regionais.

Devem ser garantidos a segurança sanitária, o conforto ambiental e a funcionalidade desses pólos, mediante o saneamento básico, a educação sanitária, o atendimento primário e os mais complexos serviços de saúde para as populações do pólo e das áreas de influência. Assim, os pólos regionais constituirão pontos de irradiação das conquistas na área do saneamento e do bem-estar social.

Propõe-se que se concentrem nesses pólos os serviços médicos que não podem se dispersar pelo território e nem precisam estar localizados prioritariamente na capital. Esses serviços devem ser integrados ao atendimento primário dos pequenos centros, constituindo um sistema de atendimento médico que opere a nível de regiões.

Como as propostas anteriores são definidas em função do papel decorrente da inserção regional dos pólos, somente se faz necessário especificá-las no que diz respeito aos centros de apoio às atividades agropecuárias.

Para esses centros deve-se assegurar a articulação urbano-rural no seu planejamento, integrando os dois termos sem estabelecer dicotomias, garantindo as funções de atendimento à população rural e de apoio às atividades agropecuárias.

Esse atendimento pode ser garantido mediante o melhoramento dos acessos vicinais e intermunicipais, aprimorando sua ligação com o pólo regional e o acesso à área adjacente.

A acessibilidade dos produtores rurais e seus familiares aos serviços urbanos aumenta com o desenvolvimento de moda-

lidades de transporte e melhoria do sistema viário dos municípios. Recomenda-se, portanto, manter as vias vicinais com revestimento primário ou cascalho, para garantir o tráfego durante todo o ano. Deve ser dado maior apoio às prefeituras na manutenção do seu sistema viário, ampliando e aprimorando a capacidade de ação das patrulhas mecanizadas.

Devem ser criadas condições para o transporte colegial, com o objetivo de permitir acesso aos serviços educacionais de melhor qualidade nesses centros, eliminando-se gradativamente as escolas rurais. Para tanto, é necessário que se compatibilize o ano letivo com o ano agrícola.

É necessário, também, o aumento da oferta dos serviços mais usuais nesses centros, melhorando sua qualidade e adequando-os às condições concretas desses locais.

A segurança sanitária e ambiental da população será garantida mediante saneamento básico, educação sanitária e assistência médica primária, visando reduzir sua vulnerabilidade às epidemias.

Para a função de apoio às atividades agropecuárias, recomenda-se a criação de condições para a difusão do conhecimento e a transferência de tecnologia para pequenos e médios produtores, por intermédio da oferta de máquinas e equipamentos para aluguel e exposição do uso adequado de técnicas e conhecimentos, com centros de treinamento e de extensão. Para a área urbana desses municípios, propõe-se a criação de infraestrutura básica (saneamento, água, luz), que leve em conta também a adaptação às condições locais no que se refere a escala e tecnologia adequadas.

4.3.3 Aspecto Económico

A perspectiva aqui adotada exclui qualquer pretensão ligada à difusão territorial dos estabelecimentos industriais. Estes, em virtude de escalas operacionais e do mercado em que atuam, concentram-se geograficamente em alguns pontos ou áreas específicas. Assim, contempla-se apenas a Região Metropolitana, os eixos de desenvolvimento e os pólos regionais.

Região Metropolitana

A RMC deve ser definida como a área prioritária de investimentos industriais, especialmente nos setores da metal-mecânica e das indústrias vinculadas a um padrão de concorrência essencialmente nacional (expansão de indústrias localizadas nos centros dinâmicos da economia brasileira ou implantação de divisões de empresas já existentes nessas regiões).

Uma política industrial com esses objetivos permitiria amenizar os efeitos da periferização dominante na expansão urbana da área metropolitana e atenderia à tendência concentradora da própria indústria.

Nesse sentido, deve-se estimular a ocupação da infraestrutura industrial existente, como a Cidade Industrial de Curitiba -CIC- e Cidade Industrial de Araucária - CIAR-, e estabelecer os critérios de implantação e ocupação do eixo Campo Largo-Araucária.

Faz-se necessário ampliar a capacidade de captação de água para abastecimento da RMC, a fim de eliminar restrições, que já começam a se manifestar, ao crescimento industrial. Sob esse ponto de vista, é necessário estudar as condições compatíveis com as restrições ambientais para a implantação de

indústrias à margem da BR116 na parte Norte, onde estão atualmente os mananciais que alimentam os sistemas de captação.

Por outro lado, impõem-se a definição de uma política de serviços de apoio à indústria localizada na RMC e de uma política industrial para o Estado. Tais políticas, conduzidas simultaneamente pelos órgãos competentes e o ente metropolitano, são condição para melhoria do padrão metropolitano.

Aglomerados Urbanos

Essas formações urbanas constituem gradativamente áreas semelhantes à RMC, devendo-se estender para elas algumas das políticas direcionadas para a área metropolitana, compatibilizando-as, no entanto, com as escalas urbanas, as características regionais e as ligações específicas com a rede urbana.

Eixos de Desenvolvimento

Dentro de uma perspectiva de desconcentração, a cidade de Ponta Grossa pode despontar como área alternativa à RMC para implantação de indústrias. Sugere-se a criação de um eixo que unifique Ponta Grossa-Curitiba-Paranaguá em uma região industrial diversificada, para estimular o desenvolvimento e, ao mesmo tempo, preservar o meio ambiente. Esse eixo permitiria integrar as atividades portuárias, explorando todo o seu potencial. A região do litoral poderia ser incorporada ao eixo, como área de lazer. Tal medida, entretanto, deve vir associada a procedimentos de preservação de parques ecológicos, áreas verdes e exploração adequada dos entornos dos lagos formados por barragens de captação. A longo prazo e na perspectiva do

crescimento industrial, seriam evitados problemas futuros como aqueles que ocorrem atualmente na região de Campinas-São Paulo-Santos. A constituição desse eixo deve ser objeto de estudos por uma comissão a ser organizada na implantação da política de desenvolvimento urbano.

Os dois outros eixos sugeridos para o interior (item 4.1.3) vinculam-se às características econômicas das respectivas regiões. O eixo Maringá-Paranavaí associa-se à Região Noroeste do Estado, dominada pela pecuária de corte. A implantação da via fluvial do Ivaí permitirá a expansão da influência do eixo para as áreas de pecuária do Mato Grosso do Sul. Nesse eixo seria desenvolvida a indústria da carne e do aproveitamento do couro, com todos os desdobramentos.

O eixo Cascavel-Toledo-Guaíra estaria, por sua vez, associado à cultura do milho e da soja, bem como à pecuária de pequeno porte (suínos e frangos). A proposta do eixo vincula-se ao projeto de construção da Ferrovia da Produção e da implantação futura do intermodal em Guaíra, complexo de transporte que poderá atuar como fator de esvaziamento econômico dessas regiões, incorporando-a, economicamente, ao sistema Tietê-Paraná, do Estado de São Paulo.

Pólos Regionais

Recomenda-se que se enfatize a implantação, nesses pólos, de unidades produtoras de insumos agrícolas e de equipamentos. Devem ser aí localizadas, portanto, as indústrias de processamento de produtos agropecuários, de equipamentos e outras indústrias de mercado regional ou especializado (fábrica de silos e armazéns metálicos, por exemplo).

As atividades comerciais e de prestação de serviço, que reforcem a função polarizadora desses centros, devem ser estimuladas.

4.3.4 Aspecto Urbanístico

O planejamento urbanístico tem sido considerado assunto específico das administrações locais. Tal fato se baseia no princípio de predominância do interesse, competindo ao município os aspectos de interesse local.

Especificamente no que se refere ao planejamento urbanístico, entendeu-se tradicionalmente que seria da alçada municipal, por se tratar de matéria em que predomina o interesse local. No entanto, há algum tempo que esta concepção vem sendo insistente e sistematicamente questionada.²²

Com a criação das Regiões Metropolitanas, o planejamento urbanístico não está afeto à competência exclusiva dos municípios, mas simultaneamente, aos três níveis de Governo, podendo cada uma das entidades políticas transformar em lei o conteúdo de seus respectivos planos.

As sugestões aqui listadas pressupõem a competência do Estado para o planejamento urbanístico e a possibilidade política dos municípios ajustarem a esse plano o planejamento local.

Região Metropolitana

Recomenda-se para a RMC uma lei de zoneamento e uso do solo, condicionando sua ocupação mediante instrumentos tributários, para induzir o adensamento e o uso otimizado da infraestrutura existente. O ente metropolitano deverá formular,

também, um plano de expansão que fixe usos e o sistema de circulação. Para tanto, deverá ser formado um estoque regulador de terras com o objetivo de assegurar a oferta de solos edificáveis para habitação popular e equipamentos urbanos, evitando a formação de estoques especulativos por parte do setor imobiliário.

O poder público estadual, juntamente com o ente metropolitano e as administrações locais, deverá normalizar e padronizar o sistema viário, estabelecendo a hierarquia entre as vias e implantando as vias radiais e perimetrais integradas.

No setor de transportes coletivos, recomenda-se a integração metropolitana. Ao ente metropolitano caberá a constituição do sistema, integrado com o zoneamento e o uso do solo, e a criação de uma empresa metropolitana de transportes coletivos, com o objetivo de atender aos usuários e avaliarr o desempenho e custos das empresas privadas, para a aferição de tarifas.

Sugerem-se a criação de um Plano Habitacional para a área metropolitana, que induza à ocupação das áreas de expansão do plano de desenvolvimento e a remoção de casas das áreas sujeitas à inundação, fundos de vale e com restrições de ocupação. A intervenção nas favelas deverá privilegiar a urbanização dessas áreas, evitando as remoções ou desalojamentos.

Finalmente, recomenda-se a implantação do saneamento básico da área metropolitana dentro do plano de desenvolvimento da região, incorporando ao planejamento urbano as áreas

inundadas pelas barragens de captação, cujas construções programadas devem ser implementadas.

Aglomerados Urbanos

Para os aglomerados urbanos, recomenda-se a extensão dos programas para as áreas metropolitanas, adaptando-os às condições locais.

Além dessas medidas, para o sistema viário sugere-se a criação de vias expressas interurbanas nos casos de conurbação real ou prevista. A par disso, recomenda-se a criação de terminais de carga para descongestionar os centros e assegurar o uso mais racional do sistema viário urbano.

Pólos Regionais

Neste item, as políticas são de duas naturezas: apoio à produção, como terminais de carga, sistemas viários para o transporte pesado, etc.; e consumo coletivo, como habitação, equipamentos urbanos (de cultura, lazer e esportes), etc. No primeiro caso, recomenda-se seu dimensionamento compatível com o papel de pólo regional e com a posição na rede urbana. Já as funções de consumo deverão ser dimensionadas pelo plano urbanístico, cujos parâmetros serão fornecidos pelo plano estadual.

Recomenda-se, entretanto, que as políticas de transporte, de uso do solo e de formação de estoques de terreno se estruturem para se antecipar ao crescimento futuro.

As proposições para os centros com função específica, em virtude das características de cada um deles, deverão ser objeto de trabalhos específicos. Inegavelmente, certas normas consagradas pelo planejamento urbanístico são perfeitamente

cabíveis. Porém, o problema central desses centros é identificá-los, bem como destacar o que lhes dá essa característica e que tratamento demandam.

NOTAS DE REFERÊNCIA

- ¹FRANCISCONI, Jorge Guilherme & SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Política nacional de desenvolvimento urbana; estudos e proposições alternativas. Brasília, IPEA, 1976. Estudos para o planejamento, 15.
- ²CAVALCANTI, Luiz Otávio. Política urbana no Brasil. Revista SPAM, São Paulo, 2(6):23, jul.1981.
- ³FOLIM, Mário. La ciudad del capital y otros escritos. Barcelona, Gustavo Gile, 1977.
- ⁴SCHNORE, Leo F. Sobre a estrutura das cidades nas duas Américas. In: HAUSER, Philip & SCHNORE, Leo F. Estudos de urbanização. São Paulo, Pioneira, 1976. p.319-367.
- ⁵CASTELLS, M. Problemas de investigação em sociologia urbana. 2.ed. Lisboa, Presença/Martins Fontes, 1979. p.33.
- ⁶DERCK, Pierre-Henri. La economía urbana. Madrid, Instituto de Estudios de Administración Local, 1971. Colección Nuevo Urbanismo. cap.2.
- ⁷HAUSER, Philip. Urbanização: vista geral. In: HAUSER & SCHNORE, p.27.
- ⁸DAVIDOVICH, Fany R. & LIMA, Olga M.B. de. Contribuição ao estudo de aglomerações urbanas no Brasil. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 32(1):50, jan.mar. 1975.
- ⁹FARIA, Vilmar. Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos. In: SORJ, B. & ALMEIDA, M.H.T., org. Sociedade e política no Brasil pós-64. 2.ed. São Paulo, Brasiliense, 1984, p.143.
- ¹⁰SORJ, Bernardo & WILKINSON, John. Processos sociais e formas de produção na agricultura brasileira. In: SORJ & ALMEIDA, p.166.
- ¹¹SORJ & WILKINSON, p.167.
- ¹²FARIA, p.138.
- ¹³SORJ & WILKINSON, p.177.
- ¹⁴TASCHWER, Suzana Pasternak & BOGUS, Lúcia Maria Machado. Redistribuição espacial e fluxos migratórios nos anos setenta. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 4., Águas de São Pedro, 1984. Anais. São Paulo, ABEP, 1984. p.1715-1742.
- ¹⁵MARTINE, George. Transformação na agricultura e êxodo rural. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 3., Vitória, 1982. Anais. São Paulo, ABEP, 1982. p.426.
- ¹⁶COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. Contribuição para definir um programa de investimento na RMC. s.n.t. Mimeografado.
- ¹⁷BEZERRA, Vera Maria C. Periferização urbana no Brasil: um projeto de estudo nas áreas metropolitanas. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 45(1), Jan./mar. 1983.
- ¹⁸RIBEIRO, Darcy Marzulo. Parcelamento do solo urbano em Curitiba e Região Metropolitana. Análise Conjuntural, Curitiba, IPARDES-Fundação Edison Vieira, 8(5):3, maio 1986.

¹⁹ RIBEIRO, p.4

²⁰ RIBEIRO, p.6

²¹ BETTELHEIM, Charles. Planificação e crescimento acelerado. 2.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1976. Biblioteca de Ciências Sociais. p.66.

²² PMOB/PR. Diretrizes de governo para debates. Curitiba, 1986. p.11-12.

²³ AZEVEDO, Eurico de Andrade. Direito de propriedade e planejamento urbano. Revista SPAM, São Paulo, 1(1):42, abr. 1980.